



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 26

Sessão Ordinária Abril

3.º Reunião de 24/04/2015

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeiro Secretário, Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Júlio Vasconcelos Oliveira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião faltaram os vogais Henrique Manuel Morais Diz, António Ildebrando Nunes Costeira e João Carlos Rodrigues Morgado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Não estiveram presentes os Vereadores: Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Carlos Manuel da Silva Santos e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Henriques de

Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Aida Isabel Pereira Tavares, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Condinho Vargas, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, e António dos Santos Costa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, propôs ao plenário um minuto de silêncio<sup>002</sup> pelo falecimento do ex-Presidente de Câmara, Dr. José Girão Pereira, que foi efetivado de imediato.

Concluído, o Presidente da Assembleia Municipal, apresentou o ‘Voto de Pesar’, pelo falecimento do ex-Presidente de Câmara, com o seguinte teor:<sup>003</sup>

*«Voto de Pesar:*

*A Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião de 24 de abril de 2015, ciente de interpretar o sentir geral de Aveiro e dos aveirenses, expressa o seu mais sentido pesar pelo falecimento, ontem, do Dr. José Girão Pereira, endereçando à sua viúva, filhos e demais família as suas sinceras condolências.*

*Professor do ensino básico e secundário e, posteriormente, delegado do Ministério Público no Tribunal de Aveiro, José Girão Pereira foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Aveiro eleito democraticamente nas primeiras eleições autárquicas que se realizaram em liberdade, em 1976. Foi, sucessivamente, reeleito em 1979, 1982, 1985, 1989 e 1993. Cumpriu, também um mandato como eurodeputado no Parlamento Europeu e teve breves passagens como deputado pela Assembleia da República na VI legislatura. Serviu, ainda, a causa pública como Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro. A sua entrega a essa mesma causa pública foi reconhecida em 2000, com a entrega da Medalha de Ouro do Município de Aveiro e em 2010 por Sua Excelência o Senhor Presidente da República com a outorga da Ordem de Mérito, grau de Grande-Oficial.*

*Desta vida dedicada a servir os seus concidadãos foi, todavia, como autarca que mais se distinguiu e que deixou a sua marca indelével para os vindouros. Foi sob a sua liderança que foram lançadas as bases do progresso, e rasgados os caminhos do desenvolvimento e do futuro que Aveiro ainda hoje trilha, sempre na fidelidade aos seus princípios, aos seus valores e dando sempre atenção preferencial àqueles que mais carências denotavam, em conformidade com os ensinamentos da doutrina social e os valores da democracia-cristã que professava.*

*A sua vida de cidadão empenhado e comprometido com esta comunidade que o acolheu e o recebeu fê-lo, ainda, participar em órgãos sociais de algumas das mais prestigiadas instituições do nosso concelho tendo, a título meramente exemplificativo, desempenhado funções de Presidente da Assembleia Geral no Sport Clube Beira-Mar, na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro (“Bombeiros Velhos”).*

*Face a este exemplo de vida feito de entrega e devoção à causa pública, a Assembleia Municipal de Aveiro curva-se, respeitosamente, perante a memória do Dr. José Girão Pereira, aprovando este voto de pesar que será transmitido à sua família.»*

**Colocado o ‘Voto de Pesar’ à votação do plenário, foi o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação.**

De seguida os eleitos do Movimento Juntos por Aveiro, apresentaram na Mesa mais um voto de pesar<sup>004</sup> pelo falecimento do Dr. José Girão Pereira e também, que a Assembleia delibera-se a «*suspensão imediata dos trabalhos da presente sessão.*»

Usaram da palavra os seguintes vogais:

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>005</sup>

Presidente da Mesa<sup>006</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>007</sup>

Presidente da Mesa<sup>008</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>009</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>010</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>011</sup>

Não se verificando mais intervenções, o presidente da Mesa colocou somente à votação<sup>012</sup> do plenário a proposta de “*suspensão imediata dos trabalhos da presente sessão*”, **sendo rejeitado por maioria.**

Na sequência, os vogais Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, abandonaram a sala de plenário.

Continuando o Presidente da Mesa deu continuidade à *Ordem-do-Dia* da Sessão.

## **PONTO 5 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2014, da Câmara Municipal de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>015</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar da particularidade dos documentos em apreço.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>016</sup>

*“Sr. Presidente, muito obrigado. Boa noite a todos. Nesta introdução vou abordar os pontos cinco, seis e sete, na medida em que há uma relação muito íntima entre todos. Praticamente falarei só do ponto cinco, este que temos em mãos; as referências aos outros dois são apenas pequenas notas. Para dar conta de forma sumária, estarei depois mais disponível para o debate, o documento está entregue, é conhecido, não vou estar agora a repetir e fazer apresentações daquilo que está nas mãos de todos.*

*Basicamente, dar que nota que tivemos em dois mil e catorze um ano muito importante. Foi o ano de execução da auditoria, fundamental para percebermos aquilo que tínhamos em mãos; foi o ano do estudo, da conceção, da aprovação e da*

*implementação da nova estrutura orgânica da nossa Câmara Municipal, preparando-a já para receber, como recebeu em maio, logo no início da sua vigência, os Serviços Municipalizados, o processo de internalização dos serviços geridos pelas empresas municipais; e foi também o ano onde iniciámos a implementação de medidas de reforma com profundidade relevante em múltiplas matérias da gestão, seja no que respeita estritamente à organização, ao funcionamento, à realocação de serviços, seja em matérias ligadas à gestão financeira, obviamente que teve uma enorme prioridade a gestão financeira, seja para a gestão racionalizando a redução da despesa, seja no que respeitou à receita. Preparámos todo um conjunto de actos consequentes que tiveram, na ponta final do terceiro trimestre do ano, a nossa candidatura ao Apoio Transitório de Urgência no quadro da lei FAM, que como sabemos foi publicada no dia vinte e cinco de agosto. Muito do trabalho que vinha sendo feito com a centralidade na auditoria foi a base desse trabalho e, obviamente, a partir daí, desenvolvemos todos os actos consequentes que, a partir do final de novembro, tiveram um contributo direto para aquilo que foi a construção do programa de ajustamento municipal, que já se veio a aprovar neste ano de dois mil e quinze que estamos a viver. Portanto, foi um ano de uma enorme importância, de uma capital importância para esta dimensão, mas também para outras dimensões das quais realço o pôr em ordem as nossas obras, uma série de obras que tínhamos com múltiplos problemas com empreiteiros, com financiadores, com o Tribunal de Contas, enfim, todo um conjunto de passivos que contaminavam, acho que posso dizer, todas as nossas obras, não me está a ocorrer alguma que não tivesse problemas graves, e, portanto, foi o ano de também pôr tudo isso na devida ordem, sabendo que quase tudo ficou na devida ordem, com a exceção para duas obras que não conseguimos colocar na devida ordem durante o exercício de dois mil e catorze e, portanto, transitaram para este nosso exercício, nomeadamente o CarSurf em S. Jacinto e a nossa Avenida das Agradas, não exatamente a avenida mas a sua ligação à A25. Foi também a esse nível um ano muito importante somando tarefas de acompanhamento e gestão de obras do polis, nomeadamente as três que estão a correr – cais de Esgueira, parques ribeirinhos de Requeixo e do Carregal e a obra da Comunidade Intermunicipal da reparação das margens do rio, aquilo que nós chamamos o tapamento dos lombos do Rio Vouga na zona de Eixo – ou a grande obra da Associação de Municípios do Carveiro que estendeu rede para os municípios de Oliveira do Bairro e de Vagos, infraestruturas que passaram pelo nosso município, além da infraestrutura da nova conduta adutora que liga Angeja a Cacia, fundamental para não repetirmos a situação dramática que tivemos em meados do mês de julho com a falta de abastecimento de água a cerca de cinquenta por cento da nossa população, por rotura dessa mesma conduta adutora. Neste dossier das obras dois mil e catorze foi um ano de grande importância. Nas políticas de gestão imaterial, chamemos-lhe assim, foi também um ano de perceber, de pensar, de pôr na ordem, fazer regulamentos, pôr a funcionar as redes na área da educação, da acção social, do turismo e da cultura. Houve uma abordagem total a essas matérias, sabendo que, em muitas delas, houve introdução de novas apostas, das quais destacamos, já na ponta final do ano, mas que foi um sucesso e que fica como aposta estruturante que foi a iniciativa que chamámos, e vamos continuar a chamar, “Boas Festas em Aveiro”, juntando um conjunto de eventos e as festas de S.Gonçalinho, que, obviamente, são de quem são mas passaram a integrar esta aposta municipal. Também tivemos aqui, nesta frente, um ano particularmente importante e fundamental para aquilo que são as opções e as operações que temos em curso, em dois mil e quinze, e, obviamente, aquilo que se seguirá.*

*As contas, importa chamar a atenção para as comparações lineares. Nós não temos hipóteses de fazer comparações lineares da conta de dois mil e catorze, por exemplo, com a de dois mil e treze. Dando um exemplo mais expressivo, financeiramente, esta conta já tem lá dentro aquilo que em dois mil e treze estava fora no que respeitava à gestão dos Serviços Municipalizados de Aveiro, que, como sabemos, tinham uma conta autónoma até dois mil e treze. Em dois mil e catorze já não há conta dos Serviços Municipalizados. Todas essas contas fazem parte da conta da Câmara de dois mil e catorze.*

*Os relatórios e as prestações de conta das nossas empresas municipais dizem, basicamente, duas coisas. Confirmam que temos que prosseguir o processo de dissolução e internalização. Aliás, trabalhámos bastante nessa frente na nossa última reunião, na terça-feira passada. Dizem que houve melhorias muito sensíveis, mais numas empresas do que noutras, na performance financeira das empresas, com destaque, muito evidente, para a AveiroExpo. Mas como a sensibilidade de algumas notas que têm indicadores interessantes em todas as outras, na TEMA, na EMA e na MoveAveiro. Mas o que é mais importante, a este nível, é, de facto, a fixação desta que queremos que seja a última conta fora do processo de dissolução e internalização; e que seguramente será dado que essa decisão está tomada em relação a todas as empresas, falta o processo da AveiroExpo que, como sabemos, está a seguir o seu caminho diferenciado por força de termos um sócio nessa empresa. É também, por aí, uma marca importante que foi também importante para as contas do PAM. As contas do Programa de Ajustamento Municipal são feitas com as contas fechadas da Câmara e das nossas empresas de dois mil e catorze e, portanto, houve também aí uma utilidade instrumental fundamental para aquilo que são os números assumidos pelo Programa de Ajustamento Municipal.*

*Quanto ao décimo segundo relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, nada a dizer. Este décimo segundo relatório confirma aquilo que foi o relatório da mudança, que foi o décimo e que aqui trouxemos. O décimo primeiro confirmou e ainda teremos, seguramente, um décimo terceiro que fará a avaliação deste período de novembro de dois mil e catorze a maio de dois mil e quinze, esperando que esse seja, definitivamente, o último relatório que, por força da substituição desta operação fracassada de saneamento financeiro pela operação do Plano de Ajustamento Municipal, esperando que esse processo se formalize durante este segundo trimestre do ano que é a referência temporal que temos assumido.*

*São estas as notas principais destes três pontos. Não farei introdução ao ponto das contas das empresas, nem ao do saneamento financeiro, mas, para o debate deste ponto e dos outros dois, estarei ao dispor.”*

Vogal João Barbosa (PS) Nos termos artigo 31.º do Regimento:[017](#)

*“Senhor Presidente. Uma interpelação à Mesa. Eu gostava que viesse em acta que eu votei a favor, numa atitude de respeito, profundo, votei a favor da proposta anterior.*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Srs. Deputadas, Srs. Deputados e demais presentes.*

*Bem, em relação ao Relatório de Gestão dividiria a minha intervenção em dois aspetos. Segundo uma constatação, primeiro uma consideração sobre a introdução. Reza assim o penúltimo paragrafo “o ano de 2014 marca a abertura de um novo ciclo no município*

*de Aveiro e na gestão da Câmara Municipal, em que a verdade, o rigor, o cumprimento da lei, a transparência...”. Ora bem, na consideração do PCP, este é um documento administrativo que naturalmente refletirá as opções políticas e ideológicas das maiorias dos executivos municipais. Mas não deixando de ser um documento administrativo emanado por um ente público, deve ser expurgado dum conjunto de subjetividades e deve manter os princípios básicos administrativos como imparcialidade e independência. Este tipo de subjetividades de algum auto engrandecimento e algum elogio não creio que devam ser característicos de documentos destes. No futuro isto deve ser corrigido até por tece considerações sobre executivos municipais anteriores (independentemente destas considerações serem mais ou menos justos) não devem fazer parte dum documento desta natureza.*

*Em relação ao relatório da prestação de contas. Nós da nossa parte analisamos que a execução orçamental mantêm-se na casa dos 50 por cento, ou seja, continua a ser uma execução relativamente baixa ainda que de facto se note uma melhoria por comparação com os executivos municipais do PSD-CDS em que a taxa de execução em várias situações ficou na casa dos cinquenta e sete por cento.*

*Em relação às receitas consideramos dois aspetos importantes. Primeiro o peso brutal dos impostos diretos na receita de trinta e seis por cento com os impostos indiretos até quarenta por cento. O que não deixa de refletir alguma incapacidade da Câmara Municipal de Aveiro, de criar atividade geradora de mais receitas. Cremos que esta proporção deve ser esbatida no futuro.*

*Ainda sobre o relatório consideramos na sua análise que se nota um enorme peso nas receitas de capital, portanto do fato da existência do FAM. Estamos a falar da existência de oito milhões de euros. Sem estes oito milhões de euros do saldo das receitas de capital, estas receitas ficariam com um paralelo histórico que remonta ao ano de 2011. Portanto é uma situação que relevou a nossa atenção.”*

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

*Exmo. Sr. Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Srs. Deputadas, Srs. Deputados. Começo por dizer que mais que um somatório de números, esta prestação de contas é a radiografia do último ano de governação do executivo PSD/CDS-PP.*

*Sabemos que 2014 foi um ano difícil para os aveirenses. Mas infelizmente sabemos que com a adesão ao Fundo de Apoio Municipal, 2015 e os anos seguintes trarão ainda mais dificuldades.*

*O Apoio Transitório de Urgência do FAM – no valor de 10,5 milhões de euros – diz Ribau Esteves era essencial para “pagar salários e remendar estradas”. Mas o que vemos é que estamos na iminência de despedimentos, cortes salariais, concessões e agravamento de impostos.*

*Num total de receita de cerca de 38 milhões, mais de 21 milhões e meio é proveniente de impostos diretos e indiretos. Sabemos que os impostos não são todos iguais e não afetam todos por igual. Mas sabemos também que a esmagadora maioria destas receitas incide em especial sobre quem depende do trabalho.*

*Recebemos o Apoio Transitório de Urgência do FAM, mas continua a ser a população a ser castigada com impostos. É um prenúncio. O FAM não melhora a qualidade de vida das populações, pelo contrário, coloca-as ao serviço da dívida. É essa a escolha de Ribau Esteves e deste executivo.*

*O agravamento de IMI vai continuar nos próximos anos. Só em 2014 o acréscimo de receita com este imposto foi 1.629 672 euros e os serviços públicos estão sob ameaça!*

*Relembremos que ao nível do estacionamento pago está em curso a sua remodelação como bem lembra o documento em análise. Foi aumentado o número de lugares pagos bem como alguns tarifários.*

*A prestação de Contas alerta para o facto de a capacidade da autarquia poder cobrir despesas totais por receitas próprias ser menor em 2014 que em 2013. É um dado preocupante e que coloca em causa também a autonomia da autarquia. O documento relata também as prioridades deste executivo.*

*Para as funções sociais o Orçamento previa 14,4 milhões de euros. No entanto, apenas foi gasto 2,5 milhões. Uma taxa de execução de apenas 17%. Bem pode Ribau Esteves gabar a taxa de execução global, mas quando chegamos à área social verificamos que é a última das suas prioridades.*

*Dentro desta rubrica a Ação Social tinha prevista uma verba de 34.600 euros. Devo dizer que era uma verba bastante insuficiente à partida. Mas olhamos para a execução e verificamos que o gasto foi zero euros. Repito zero euros para a Ação Social!*

*Isto demonstra bem como falta um serviço de ação social nesta autarquia. Para a habitação social estavam previstos 155 mil euros, mais uma vez uma verba insuficiente. Mas apenas foram executados 6.600 euros. Isto quando os bairros e os fogos sociais tanto precisam de obras de responsabilidade da Câmara, nomeadamente a canalização do Bairro de Santiago. A Câmara está em incumprimento e tem uma dívida de anos para com estes moradores. É necessário parar a degradação e dar dignidade. E este executivo apenas faz um regulamento de habitação social que castiga os pobres e demite-se das suas obrigações sociais.*

*Quero ainda fazer uma referência ao fim dos contratos inserção emprego na Câmara. Uma redução de gastos de 100 mil euros. Por um lado saúdo o fim deste trabalho escravo. Por outro, constato que infelizmente de inserção e de emprego estes contratos nada tinham. Nem um único dos 40 trabalhadores é contratado. São apenas um exemplo de exploração laboral. Em suma, esta prestação de contas mostra bem como as necessidades sociais dos aveirenses não foram prioridade.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

*“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Na opinião do CDS não há muito a acrescentar relativamente a estas contas e relativamente aquilo que o Senhor Presidente já referiu. É nossa opinião que estas Contas representam o ano zero de uma nova gestão municipal. Como o senhor Presidente referiu são Contas pouco comparáveis com Contas de anos anteriores. E certamente que o próximo ano será pouco comparável com este pois será o ano de arranque da nova situação. Constatamos que a nova organização de processos e serviços e a internalização dos serviços municipalizados tiveram o seu reflexo nas Contas, como é natural. E portanto, esse é mais um motivo que levam a fazer comparações em muitos dos itens. E estamos convencidos que o rigor municipal já refletido nestas Contas levará a que se perspectivem melhores dias para Aveiro e para os aveirenses. É tudo. ”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

*“Boa noite a todos os presentes. Eu gostaria por começar por dizer que este documento de facto tem muito bom aspecto. E eu penso que isso é uma questão importante. É bom para os aveirenses e é bom para o executivo como instrumento de gestão e é bom para nós aqui na Assembleia Municipal para*

*podermos avaliar o documento de forma adequada. Portanto fica uma nota muito positiva relativamente àquilo que se nos aparece aqui à frente e que convém dizer que é muito diferente daquilo que nós estávamos acostumados a ter. Portanto fica o registo.*

*Relativamente ao documento em si é verdade que há aqui questões de incomparabilidade com o ano anterior. E concordando com a intervenção anterior, vamos ter alguma dificuldade em comparar com o ano seguinte. E portanto eu diria também que só em 2016 é que estaremos em condições de perceber se o caminho trilhado foi um caminho de sucesso ou não.*

*Não obstante esse fato eu gostaria de deixar aqui duas ou três notas sobre o documento. Uma questão já aqui foi referida, tem a ver com o elevado financiamento da Câmara financiado em impostos!*

*Essa é uma questão que confesso é uma questão de fundo. Porque importa perceber como é que um município se consegue financiar sem recorrer sistematicamente a impostos. Sendo certo que para o ano está previsto outro aumento de IMI e temos de perceber se esse aumento de IMI irá agravar esta situação ou não. Portanto tem de haver uma alternativa, esperemos que a resposta esteja nalgumas medidas que estejam incluídas no PAM de forma a ter uma alternativa de financiamento que não apenas via impostos que o PAM e o FAM apontam para esse caminho. Ou seja, aumentar receitas através de impostos. Direi que essa é a situação mais fácil para resolver o problema. Basta carregar nos impostos e a coisa melhora um bocadinho. Mas é preciso aqui encontrar um conjunto de soluções alternativas e penso que o faremos aquando da discussão do PAM.*

*Uma outra questão relevante tem a ver com o facto de haver aqui uma nota relativamente ao desequilíbrio estrutural da Câmara. O PS desde alguns anos vinha a dizer isso mesmo e penso que a situação ainda não está corrigida. O próprio plano de saneamento financeiro que seria supostamente esse desequilíbrio estrutural até teve a caricata situação de ter sido aprovado à data ao abrigo de outro desequilíbrio conjuntural que não estrutural à data. Enfim, mas isso é história. É de alguma forma reconfortante verificar que a nossa análise não estava errada, mas mais importante que a nossa análise é perceber como vamos resolver esta situação. Portanto é sobre esta discussão das Contas de 2014 será muito mais relevante quando a transportarmos para o PAM do que propriamente ao documento de 2014. Para já é só.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro.)

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)<sup>022</sup>

Vogal Carlos Barros (CDS)<sup>023</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>024</sup>

*Neste ponto irei optar por fazer uma análise política do que foi o ano de 2014, para este executivo, do ponto de vista da bancada do PSD*

*O ano de 2014 foi de capital importância para o bom desempenho deste executivo. O ano de 2014 foi para executivo como os alicerces para um edifício. Foi o ano de criar a sua sustentabilidade. O ano de 2014 foi todo um dossiê trabalhoso que começou com*

*um lastro ou base que nem foi bom nem foi mau, que foi a auditoria, que permitiu através de uma fotografia muito próxima do real dizia eu permitiu, balizou e marcou a partida da Ação deste executivo.*

*Esta auditora tendo proporcionado o momento de partida não foi um mero exercício administrativo, mas foi e essencialmente foi-o uma opção política do Executivo que esta bancada muito apoio-o e que se regozija com o seu resultado.*

*O grande resultado desta auditoria foi ela permitir que a partir da fotografia revelada pela mesma este Executivo aplicasse o Programa de Candidatura da Aliança Com Aveiro, sufragado pela maioria dos eleitores em 29 de setembro de 2013, conforme vontade dos Aveirenses.*

*A reorganização da CMA e das Entidades do seu Universo Municipal; a aprovação a nova Estrutura Orgânica que entrou em vigor a 1 de maio de 2014, reduzindo o número de subunidades orgânicas, melhorando os mecanismos de gestão transversal da CMA, preparando a CMA para o processo de internalização dos serviços prestados nas Empresas Municipais.*

*A reestruturação financeira foi uma prioridade absoluta em 2014, preparando os próximos anos. E contou com a renegociação dos empréstimos bancários; a negociação de planos de pagamentos com credores; a negociação e candidatura ao novo Fundo de Apoio Municipal (FAM), e ca contratualização do Apoio Transitório de Urgência.*

*O executivo aderiu, embora sem solução alternativa por força das determinações legais. Apresentar a candidatura formal à utilização do FAM. Elaborando um verdadeiro, realista e profundo Plano de Saneamento Financeiro (PSF) da CMA e de todo o Universo Municipal, agora chamado Plano de Ajustamento Municipal.*

*Todo este trabalho foi consubstanciado nas seguintes ações: mudança das instalações dos Armazéns Gerais da CMA, terminando com um custo de renda mensal de 21.000€ e qualificando as instalações do antigo Aterro Sanitário da Taboeira; reforma profunda e global dos Regulamentos Municipais; revisão de todas as concessões existentes na CMA; ativação de nova política de impostos (IMI, Derrama, IRS) e de taxas municipais (Taxa Turística das dormidas e dos passeios turísticos, Taxa de Proteção Civil); licenciamento das operações marítimo-turísticas dos Canais Urbanos e Aveiro e execução de um novo procedimento concursal de atribuição de licenças por cinco anos, com reconhecida qualidade e sucesso a todos os níveis; internalização dos serviços de limpeza dos edifícios municipais, que se contabilizou com uma poupança anual de cerca de 120.000€ por ano; a redução de custos em compras de bens e serviços; ativação do sistema de gestão “iParque” que aumentou o rigor de gestão do estacionamento e trouxe a Aveiro este novo serviço.*

*Esta foi para a bancada do Partido Social Democrata, a ação deste Executivo no ano de 2014, a qual nos agradou e nos deixa esperançosos num futuro melhor para Aveiro e para os Aveirenses.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[025](#)

*“Filipe Guerra, permita-me discordar da sua perspectiva. Obviamente respeitá-la, mas discordar. Eu sei que a maior parte das câmaras em Portugal trata este documento como um documento menor. Muitas vezes os políticos alheiam-se, não só da própria análise política do documento mas da própria elaboração. Nós discordamos disso, nós pertencemos ao outro grupo, que é grande, que acha que a dimensão política deste relatório é muito importante. Num documento que tem, quase, quatrocentas páginas termos dezassete que fazem um sumário daquilo que fizemos, escrito por mim, quem o*

*escreveu, palavra por palavra, fui eu próprio; dezassete páginas do documento, em quatrocentas, estão escritas por mim, tudo o resto é um trabalho da nossa equipa técnica. Mas nós achamos isto: que este não é um documento para os técnicos dizerem os números, este é um documento para os técnicos dizerem os números e os políticos fazerem uma súmula, porque se fossemos a ser descritivos eram precisas outras quatrocentas páginas, daquilo que foram os elementos políticos principais do ano, com as notas de avaliação política. Isto para nós é muito importante e só lamento que, por exemplo, a nível nacional, se pratique muito pouco isto. É muito importante avaliar aquilo que fizemos, uns com a nota positiva, outros com a nota negativa. Viva a liberdade. Nós achamos que isto é muito importante, embora respeitemos que ache que isto não é importante. É democrático que o PCP e outras pessoas, forças políticas, acharem que o ano foi péssimo que só fizemos asneiras, mas já não é exactamente democrático nós dizermos que o ano foi bom e enaltecermos aquilo que fizemos e pormos isso naquele que é o documento onde isto se tem que fazer. É uma perspectiva que nós entendemos normal, nem sequer inventámos coisíssima nenhuma, não é nenhuma originalidade, mas achamos que é importante para a responsabilização política de quem foi responsável pela liderança da governação. Fomos nós que o executámos e que assumimos aqui, com notas sumárias, essa responsabilidade.*

*O Jorge Greno chamou o “ano zero”. Eu nunca gosto de usar o ano zero porque de pois, se pegam na intervenção do Jorge Greno e isolam só “ano zero”, dá um título excelente para uma notícia; “dois mil e catorze, Câmara de Aveiro, ano zero”. Como eu já aprendi que temos que ter cuidado com algumas expressões este, de facto, não foi o ano zero; este foi o ano um da nossa governação, um ano importantíssimo. Se nós queremos, que queremos, se vamos conseguir, como vamos conseguir, ter crescimento, melhorar as nossas performance, a vários níveis, em dois mil e quinze, dezasseis e dezassete, este ano um foi absolutamente essencial. Percebi bem o seu zero, estou só aqui com esta nota de cuidado discursivo porque pegar nisso é fazer um título, além de distorcer a sua própria intervenção, distorce aquilo que é o balanço muito importante e muito relevante do ano dois mil e catorze, em que há uma redução global da nossa dívida total; em que encontramos e começámos a tratar de soluções para resolver o nosso brutal passivo; em que acabámos com a taxa turística que foi motivo da maior maledicência em relação à nossa cidade e ao nosso município, nos fóruns de produção de turistas para consumirem, a esse nível, na nossa cidade e no nosso município; em que iniciámos pôr em ordem as concessões municipais, em total desordem e com uma acumulação de dívida incrível, para que tenhamos novas fontes de receita relevantes para baixarmos a importância, por exemplo, dos impostos directos, sabendo que não há volta a dar-lhe. Um município como o nosso, e os municípios da faixa litoral portuguesa, os impostos são a predominância da receita, é e assim será. Agora, é muito importante que trabalhemos outras fontes de receita. Por exemplo, as nossas concessões, em dois mil e catorze, a maior parte delas, não são todas, começaram a pagar as suas dívidas, começaram a pagar, com normalidade, as suas rendas mensais, fizemos acordos com uma série delas para pôr em ordem a desordem. Portanto, houve execução financeira já sobre dois mil e catorze, para que, de facto, tenhamos novas fontes de financiamento. Ou, por exemplo, lembrar esse acto, que foi simbólico mas que valeu quinze mil euros, do espetáculo evocativo do nosso feriado municipal, na noite do dia onze, foi pago pela empresa Oliveira & Irmão. Outra fonte, neste caso não exactamente de receita, mas de não despesa; vai dar o mesmo na conta final. É um filão que continuaremos a utilizar para melhorarmos a nossa prestação de receita e de despesa.*

*Os oitos milhões, julgo que a conta também explica bem isso, do ATU foram fundamentais para nós termos conseguido gerir a ponta final do ano, e se o renunciássemos tínhamos, seguramente, problemas particularmente complicados.*

*Rita Batista, não há muito a dizer em relação àquilo que disse, ainda por cima releu alguns parágrafos do que aqui ouvimos na passada terça-feira. Lembrar apenas que estamos a trabalhar os bairros sociais, a fazer levantamentos, a preparar aquela terceira componente do plano estratégico de desenvolvimento urbano, vamos ter fundos comunitários para cofinanciar em oitenta e cinco por cento toda essa despesa. Não temos dinheiro e, portanto, temos que esperar por essa receita. Não temos fundos disponíveis e toda a despesa que temos produzido é ilegal. Estamos a fazer as coisas com nexos, com sentido e com levantamento, porque investir sem fazer levantamentos técnicos, sem orçamentos e projetos, não é possível. Foi possível nesta Câmara durante muitos anos. Obras à papo-seco. É por isso que, por exemplo, a escola da Vera Cruz, em vez de custar o que estava referenciado na obra inicial, na adjudicação vai custar mais meio milhão de euros. Porquê? Projetos à papo-seco, tudo feito à bruta, sem trabalho, sem calma, sem profundidade, sem qualidade técnica, entre muitos outros exemplos que aqui não vou pôr.*

*Aquilo que lamentou dos quarenta e seis que saíram em abril, saíram porque tinham que sair. O nosso protocolo com o Instituto de Emprego acabou, não os podemos contratar, a Câmara de Aveiro está impedida legalmente de contratar funcionários, estamos obrigados por lei a reduzir funcionários, cumprimos o número, determinado por lei, pela lei do orçamento do Estado, em dois mil e catorze; e poupámos dinheiro, poupámos muito dinheiro e o relatório também o evidencia. Não vale a pena dizer que devíamos ter contratado alguns deles porque aí o dever, antes de acontecer, está limitado com a impossibilidade legal total, independentemente do dever poder ser razoável; há uma impossibilidade absoluta que nem sequer nos permite abordar esse eventual dever. E, obviamente, numa câmara que tem excesso de pessoal é muito importante virmos à equipa base para a reorganizar, dar-lhe as orientações que entendermos por bem para tirarmos dela o máximo proveito, em termos de produtividade, e a seguir, sim, nós vamos colmatar as áreas onde somos deficitários mas com operações corretas. A partir da próxima semana vão começar a ver a nossa nova turma de calceteiros que vai começar as aulas práticas, num processo que acordámos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Vamos ter um reforço da nossa equipa de calceteiros, que é de três, de três vezes cinco ou seis, e vamos usar isto num processo de acordo formal entre duas instituições, sem custos para a Câmara Municipal. Continuaremos a ter este tipo de operações mas sempre com o cuidado da sustentabilidade financeira e do cumprimento da lei, porque nós temos que cumprir a lei não podemos continuar a fazer disparates.*

*Agradeço as intervenções de toda a gente, as notas sobre a forma, sobre a substância. A nossa confiança absoluta de que dois mil e catorze tem uma importância fundamental, tem uma câmara que procurou encontrar a sua verdade o mais próximo possível da sua realidade no que respeita à sua gestão financeira, fizemos isso pressionados pelo trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, pressionados para termos os números o mais completos possível para o Programa de Ajustamento Municipal, e entendemos que, salvo alguma surpresa que venha pela frente, que teremos, com probabilidade baixa mas que ainda existe, o ano de dois mil e catorze tem essa nota nova, importantíssima, para que a qualidade do nosso debate político se eleve, como é minha convicção de que já se elevou bastante em dois mil e catorze mas que, seguramente, se elevará muito para que o tema principal do debate político não seja qual é o valor da dívida da Câmara Municipal de Aveiro, mas sim qual é a nossa*

*realidade e qual é a nossa verdade. É nossa profunda convicção que, pela primeira vez em muitos anos, arredondando a conta, numa década, temos uma conta que diz o número que é verdadeiro e não é preciso andarmos com mais discussões se o número é este ou mais cem milhões ou menos cinquenta, ou não sei do quê. E isso é também, além de uma pedra fundamental para o Programa de Ajustamento Municipal, uma pedra muito importante para que o debate político vá para tantas coisas que temos para debater e não para algo de absurdo que é andarmos aqui a discutir qual é a nossa verdade, qual é a nossa realidade. A nossa verdade e a nossa realidade é só uma naquilo que respeita à matemática, porque de pois, obviamente, naquilo que respeita às análises políticas é aquela que cada um de nós muito bem entender.*

*Registo esta nota globalmente positiva do trabalho que fizemos, embora também registamos com respeitabilidade democrática as notas negativas de quem as tem.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[026](#)

*“Senhor Presidente antes de mais, dizer-lhe que tudo o que ouvir da minha boca nesta Assembleia sou eu que escrevo ou sou eu que penso — não preciso de mais ninguém pense por mim.*

*O que o Senhor Presidente nos veio aqui dizer é que a estratégia para a autarquia inclui trabalho sem salário, inclui estágios profissionais porque vale tudo quando não há dinheiro. A manutenção dos impostos como fonte de receita para pagamento da dívida. Vida das pessoas, desemprego, cortes, concessões — tudo em nome da dívida, do FAM.*

*Já vimos esse filme a nível nacional e não funcionou Senhor Presidente. A dívida não parou de crescer. Os bairros sociais andam há anos a ouvir falar nos estudos, nos projetos, e a verdade é que nunca foram intervencionados.*

*Se ao fim de um ano e meio, o Senhor Presidente ainda não tem um plano para quem mais precisa de viver com dignidade, então isso ficará com a sua consciência.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[027](#)

*“Só uma nota. Rita, eu disse exatamente o contrário. O Bloco de Esquerda funciona como um grupo porque, de facto, aquilo que o seu colega disse aqui na terça-feira, são frases iguais ou muito parecidas ao que disse.*

*E isso é bom, é saudável, é sinal que afinal não temos aqui pessoas isoladas, temos equipas, conversam umas com as outras, têm afinidades nas ideias e isso é saudável. Tome aquilo que eu disse como uma coisa que tem a ver com isto e não como o ter copiado de um livro qualquer e veio para aqui ler.*

*O seu colega que aqui esteve connosco na terça-feira disse frases parecidas com essa, disse uma um bocadinho mais violenta, que foi “andamos aqui a atacar os pobres” que é uma coisa um bocadinho surreal, mas foram frases muito parecidas com a sua. Portanto, tenha isso como uma nota de registo, além do mais, do trabalho de equipa no Bloco de Esquerda. Tivemos aqui a má notícia de três autarcas do Bloco de Esquerda que renunciaram ao seu mandato, que é sempre uma coisa que nos perturba muito as pessoas renunciarem aos seus mandatos, ainda por cima serem logo os três primeiros da lista, a mim perturbou-me bastante porque nunca tinha tido na minha vida política uma notícia desta natureza, mas isso é tão feio como é ter como bonito um Bloco de Esquerda que trabalha em equipa e que as pessoas que estão cá em funções, uma na terça-feira e outra na sexta, falam umas com as outras e têm afinidades. É só isso.*

*Quanto ao trabalho não tenha dúvidas que o estamos a fazer. Dissemos ao seu colega e dizemo-lo a si, disponha, venha perceber o que é que estamos a fazer, nomeadamente na habitação social, estamos a preparar as coisas para pôr ordem, regulamentar, preparar investimentos com qualidade e fazer investimentos com qualidade na dimensão material e na dimensão imaterial. E olhe para Portugal. Portugal também tem um lado bom. Estamos a crescer economicamente, uma coisa que já não acontecia há anos; temos o desemprego a decrescer de forma sustentada; voltámos a ter credibilidade, voltámos a ter gente que nos empresta dinheiro que deixámos de ter em dois mil e onze e que pagávamos a um preço brutal. Temos notas muito positivas no país de dois mil e quinze em relação ao país de dois mil e onze. Vivemos num município que, é verdade que tem problemas, muito mais que problemas tem muitas coisas boas. Tem muito emprego, tem associações com qualidade, tem uma universidade extraordinária, tem investidores a investir na indústria e na área social, temos grandes empresas a escolher Aveiro para grandes investimentos, vamos criar emprego, criar mesmo postos de trabalho novos. E este é o município onde nós vivemos, onde vivem a maioria dos cidadãos. Depois há sempre gente que gosta de centrar a sua perspectiva no negro da paisagem, todas as paisagens têm negro, mas, no nosso caso, as cores são muito mais que os pontos negros que a paisagem tem.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>028</sup> o ponto 5. – Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, de 2014, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo aprovado por maioria, vinte e um votos a favor (PSD14+CDS6+IND1), nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>029</sup>

*“Gostaria só de fazer declaração de voto do PCP, a minha intervenção do PCP no ponto da ordem.”*

Vogal Rita Batista (BE):<sup>030</sup>

*“A declaração do Bloco de Esquerda é que fique registada em acta a minha intervenção.”*

## **PONTO 6 - Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas da TEMA,TA, EMA, MoveAveiro e AveiroExpo, de 2014.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>031</sup>no seguimento da primeira intervenção do Presidente da Câmara, concedeu a palavra aos deputados municipais.

## Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

*Exmo. Sr. Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Srs. Deputadas, Srs. Deputados*

*Nesta intervenção começaria por lhe perguntar qual a situação da AveiroExpo. É uma empresa participada e por isso diferente das restantes, mas já é tempo de falarmos dela. Qual a verdadeira situação financeira da Aveiro Expo? E qual o seu futuro?*

*A FARAV deixou de existir sem ter tido em conta a palavra dos artesãos da região, nem tão pouco a palavra dos aveirenses. Na própria prestação de Contas justifica a diminuição de receita de rendas e alugueres pela não realização desta feira.*

*Sr. Presidente gostaria de lhe dizer que não vale tudo em nome da realização de eventos e em nome do turismo. Quando o turismo deixa de ser um meio e passa a ser o fim, muito se perde. Uma cidade cuja política cultural é pensada para quem visita em vez de para quem vive, cedo ou tarde, será desastrosa. Perde-se identidade, as pessoas deixam de sentir pertença pelo sítio onde vivem e no final o que está em causa é a própria vivência em comunidade.*

*Quanto à prestação de contas da EMA, o Bloco de Esquerda insiste na pergunta da dívida do Beira-mar sobre os terrenos das piscinas.*

*Os aveirenses têm o direito de saber se as piscinas estão pagas e se não estão, defendemos que a CMA tente recuperar o terreno, para devolver as piscinas à população.*

*Não podemos deixar de referir mais uma vez as escolhas políticas deste executivo. Em nome da consolidação financeira são transferidos para a EMA em 2014, 284.600 euros. Numa outra alusão a transferências vem na prestação de Contas da autarquia. Nas despesas correntes da CMA, num total de 2. 948 686 Euros. Este valor corresponde a 55% de acréscimo de despesa corrente da CMA, não sendo possível perceber qual o valor atribuído à EMA. (pag.ª 35, não sabendo qual a percentagem que foi reservada) cito: «assunção fruto do processo de sentença condenatória solidária com a EMA». Gostaria se me pudesse esclarecer sobre este ponto.*

*Já quando analisamos as Contas da TEMA, verificamos que para a sua consolidação financeira foi atribuído o modesto valor de 22.458 euros. Privilegiar a má gestão, em detrimento da Cultura, não é o modelo de governação em que se revê o Bloco de Esquerda.*

*Ainda em relação ao TEMA, é na rubrica subcontratos de fornecimentos e serviços externos que nos detemos.*

*Afirmou nesta Assembleia, que a norma da precariedade das trabalhadoras e trabalhadores com contrato a termo certo, que se verifica no TEMA, é para manter. Vem registada uma subcontratação no valor de quase 200 mil euros!? Esta subcontratação diz respeito a quê? Programação, Serviços? Como se explica este tipo de contrato? Como se explica que seja mais vantajoso? De que forma é que recorrer à subcontratação contribui para a formação de uma verdadeira política cultural, estruturada e crescente?*

*O Bloco de Esquerda apresentou hoje na Assembleia da República, um projeto lei sobre o regime jurídico do setor empresarial local, onde defendemos que os postos de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores não podem estar em risco. É à MoveAveiro a que se referiu a deputada Helena Pinto quando falava de dissolução de empresas municipais, que põem em causa a prestação de serviços públicos, nomeadamente nos transportes. Este projeto Lei que pretendia garantir os postos de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores das empresas municipais em processo de*

*dissolução, bem como garantir a continuidade da prestação de serviço público, tal como o conhecemos, sob a alçada da autarquia. A garantia absoluta que as trabalhadoras e trabalhadores mantêm o seu posto de trabalho sem perda de direitos laborais, nomeadamente de salário ou antiguidade. Proposta esta rejeitada na Assembleia da República tanto por PSD como CDS.*

*Prestação de Contas não são só números Senhor Presidente. Prestação de Contas tem também que ser feita aos trabalhadores que permitiram a prestação de serviços públicos de elevada qualidade à população, que continuaram com um enorme esforço, mesmo assistindo à degradação e ao abandono por parte da autarquia desses mesmos serviços. Mas parece que a direita está apenas disponível para lhes virar as costas, fazer tábua rasa em carreiras profissionais de décadas e mandar para o desemprego quem tiver que ir.*

*A dissolução desta empresa porá em causa a prestação de um serviço público essencial e sustentável. E estas serão as “contas” que terá que prestar aos aveirenses.”*

Vogal Carlos Barros (CDS)<sup>033</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>034</sup>

*“Muito obrigado senhor Presidente. Eu penso que enquanto à TEMA, à EMA e à MoveAveiro, estes serão os últimos documentos a apresentar como tal. Portanto são relatórios de fim de linha. Já discutimos isso na última sessão, não valerá muito a pena tecer comentários mais aprofundados sobre isso.*

*Relativamente à Aveiro Expo a coisa é um bocadinho diferente. Aqui a questão que se coloca e é aqui dito que há uma nova dinâmica. Gostaríamos de exatamente saber que nova dinâmica é essa.*

*Relativamente à que estão das feiras não se a Agrovouga é um assunto tabu!? Porque eu já várias vezes perguntei qual é o destino da Agrovouga e nunca houve aqui necessariamente uma resposta. E fazendo aqui um “find” também não há Agrovouga no Relatório. Portanto há Farav, há Feira de Março, mas Agrovouga é um mistério.*

*E finalmente, agora de forma mais séria, há aqui algumas notas do revisor oficial de contas que não abonam em nada algumas coisas que se terão passado nesta empresa municipal. Enfim, o que podemos deduzir desses fatos é que as Contas não estão propriamente passíveis de ser aprovadas com facilidade.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)<sup>035</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>036</sup>

*“Para terminar e subscrevendo a maior parte de tudo o que foi dito pelos meus antecessores. Na última assembleia já aprovamos aqui o fim destas empresas e a sua internalização nos serviços da autarquia, e hoje estamos aqui num processo final de apresentação de contas destas empresas e estamos a apreciá-las para terminar o fim mesmo destas entidades.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>037</sup>

*“A Rita Batista e depois toda a gente falou, ou quase toda a gente, da AveiroExpo. Dar duas ou três notas com esta referência. Não quero, não posso, não devo, antecipar o documento que cá vamos trazer, a proposta de dissolução e de internalização, se bem que esta palavra não pode ser usada de forma linear porque o que estamos a trabalhar não é um processo de internalização plena. É um processo parcial de internalização,*

nomeadamente do passivo, e de transpormos para uma outra entidade a gestão do Parque de Feiras e Exposições. Seja pela especificidade de termos um sócio que detém quarenta e nove por cento do capital, seja porque queremos que a gestão da coisa que ela gere, que é o Parque de Feiras e Exposições, continue a ser gerido por uma outra entidade, esta entidade tem uma abordagem completamente diferente das outras empresas municipais. A outra reserva é que estamos para realizar a Assembleia Geral da empresa, que é o sítio formal onde nós e o nosso sócio tomaremos as decisões que depois traremos para legitimar nos órgãos próprios das duas entidades, e o nosso órgão próprio é este. Devo, por essa via, não estar aqui a levar para a praça pública, estamos numa reunião pública, aquilo que são matérias que, em primeiro lugar, temos que as tratar em sede de Assembleia Geral de empresa. No entanto, dizer que as maleitas das contas da nossa empresa AveiroExpo vêm de dois mil e doze. Dois mil e doze e dois mil e treze têm relatórios dos revisores particularmente complexos, e tivemos o nosso sócio a votar contra as contas. Em dois mil e catorze usámos o exercício e a conta que demonstra a vida financeira do exercício para pormos em ordem um conjunto de desordens na relação financeira da Empresa para a Câmara e da Câmara para a Empresa. A operação financeira, em sentido estrito, do ano de dois mil e catorze foi boa e positiva, no entanto, para pôr na ordem a tal desordem tem como consequência notas negativas em sede das contas. A AveiroExpo é, de longe, o pior dos exemplos das nossas empresas municipais, de longe, não temos nenhuma com performances que se aproximem, com problemas particularmente complexos, e fechá-la também está a ser mais difícil por essa complexidade intrínseca à empresa e também pelo facto de termos um sócio e não estarmos sozinhos, não podendo tomar decisões sozinhos. Está tudo acertado, todo o trabalho que estamos a fazer da conta, da preparação da dissolução, tudo isso está a ser feito com uma participação íntima do nosso sócio e das suas equipas técnicas e dos seus dirigentes máximos, tal como da nossa parte. Portanto, deixar-vos esta informação.

Quanto à Agrovouga ela não está no relatório, Francisco Picado, porque não houve. E, portanto, não podíamos pôr. O nosso objetivo é a de termos uma nova Agrovouga, renovada, com novas áreas além das áreas tradicionais. Estamos a trabalhar com vários parceiros e temos um objetivo, não posso ainda garantir que esse objetivo é cumprido, de voltarmos a ter, de termos uma renovada Agrovouga, ainda em dois mil e quinze. Temos esse objetivo, fixámos esse objetivo, estamos a trabalhar para o concretizar, mas nesta fase da nossa execução do ano ainda não o podemos garantir e muito menos anunciar, como é evidente. Julgo que mais dois meses, até final de maio, durante o mês de junho, no máximo, aliás porque também se chega ao limite para a assumir e fazer todo um conjunto de diligências. Vamos ter uma renovada Agrovouga, com qualidade, com novidades naquilo que respeita à dimensão territorial e às matérias, às operações económicas, ancoradas no território, na nossa terra, na nossa Ria. Isso é absolutamente garantido, estamos a fazer um conjunto de diligências para que essa ocorrência aconteça em dois mil e quinze, na ponta final do ano de dois mil e quinze.

Quanto ao Beira Mar, já vi que a equipa funciona bem mas não em pleno, eu disse aqui que numa próxima Assembleia Municipal vamos ter cá o dossier Beira Mar, com todos os seus pormenores, com todo o seu histórico e com uma nova proposta de formalizar uma nova vida na relação da Câmara Municipal de Aveiro com o Sport Clube Beira Mar. Cá virá muito proximamente, espero que a próxima semana nos permita fechar aquilo que ainda falta fechar, num trabalho que estamos a desenvolver e que ainda não está fechado. Aliás, havia uma notícia esta semana que dizia que estava fechado mas não é verdade, não está. Mas está muito perto disso e espero que a próxima semana,

*nos trabalhos que estão definidos para a próxima semana, permitam que nós fechemos essa operação que, obviamente, tem que ir ao Executivo Municipal naquilo que respeita ao município e tem que vir à Assembleia Municipal e, obrigatoriamente, tem que vir com o histórico todo, incluindo a questão que referenciou das Piscinas. Quanto à EMA e à questão que colocou, há, de facto, um conjunto muito vasto. É a empresa mais promíscua com a relação com a Câmara no que respeita às responsabilidades financeiras. Nós temos vinte milhões de empréstimos que estão na Câmara e que não têm nada a ver com a Câmara, têm a ver com a EMA mas que, em certa altura, passaram para a Câmara. Tivemos uma penhora executada de um banco, permitam-me que não o assuma publicamente porque é um banco que é notícia de mais e, portanto, não quero transpô-lo, que nasce na EMA e morre ou executa-se na Câmara. Houve sempre, e não vai acabar tão cedo, uma relação muito promíscua, no sentido bom do termo, no sentido de muito misturado, da vida financeira da empresa que se transpôs para a vida financeira da Câmara, com impacto particularmente forte naquilo que são os empréstimos bancários, a dívida de médio e longo prazo da nossa Câmara Municipal.*

*Quanto a modelos de governação, Rita, depois há-de-me dizer, ao ouvido ou em público, como lhe der mais jeito, qual é o modelo de governação municipal que é exemplo para o Bloco de Esquerda. Só para eu ter uma ideia de qual é, para vocês, em Portugal ou nalgum país estrangeiro, o modelo de governação municipal, para eu me enquadrar melhor dado que não temos nenhum município do Bloco de Esquerda gerido em termos de câmara. Mas pode haver algum que para o Bloco seja uma referência boa; se puder e, obviamente, quiser partilhar comigo terei muito gosto em saber. Quanto à dívida da TEMA é a contratação da programação. É o modelo que temos para comprar os espetáculos que são presenteados para os nossos cidadãos. Em regra, estamos agora a iniciar processos de inquérito para sabermos a produção, em termos de residência dos nossos clientes de várias áreas, nomeadamente do Teatro Aveirense; a nossa nota é que a maior parte dos nossos utentes são munícipes do nosso município, são residentes no nosso município, mas ainda não temos isto com nota científica, de inquéritos. A programação foi uma boa programação, foi intensa, tivemos níveis de participação altos na vida do Teatro Aveirense, portanto, não fazemos só política cultural para quem visita; é para quem reside, obviamente que quem visita aproveita. Tivemos o projeto música na escola em que todas as crianças do primeiro ciclo foram a um espetáculo e estamos a fazer um esforço para ir buscar crianças a todas as nossas escolas para que possam vir ao Centro Cultural e de Congressos para que possam ser multiplicadoras dos espetáculos.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)<sup>038</sup>

*“Já que o Senhor Presidente me fez a pergunta eu vou responder. O nosso modelo de governação está presente no nosso programa eleitoral. Não sei o que é que acontece no seu Partido, mas nós apresentamo-nos perante o povo com as nossas ideias e a forma de que queremos trabalhar. E tem razão, nós nunca privilegiaríamos situações promíscuas em detrimento da Cultura — disso pode ter a certeza.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>039</sup>

*“Rita, teve graça mas não me encantou. Eu estava a falar mesmo de terras. Posso-lhe dizer que em Portugal um dos meus exemplos de gestão municipal é Ílhavo, em termos de municípios comunistas é o Seixal ou melhor tenho que pôr Benavente à frente do*

*Seixal, em termos de câmaras socialistas podia-lhe indicar muitas; temos muitos bons exemplos de gestão autarca em Portugal. Em Espanha sigo sempre com particular atenção o município de Cádiz e o de Barcelona. Na Holanda, para mim um daqueles que é um dos melhores exemplos de gestão municipal que é Delft. Portanto, eu estava a falar de modelos de governação praticados no terreno e não colocados em notas programáticas. É muito importante termos modelos em notas programáticas, mas eu aqui estava a falar de exercícios praticados na prática, passe o pleonasma.”*

**Não havendo mais intervenções, o plenário deu como concluída a *Apreciação dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas da TEMA, TA, EMA, MoveAveiro e AveiroExpo de 2014.***

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 7 - Apreciação do 12º Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro;**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>040</sup> no seguimento da primeira intervenção do Presidente da Câmara, concedeu a palavra aos deputados municipais.

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>041</sup>

*“Ex.mos senhores, este é um exercício neste momento que corresponde a uma obrigação legal, a verificação deste relatório financeiro. Duas ou três coisas que se podem registar. A primeira foi assumida por este executivo, que a tal inconsequência, o tal falhanço, que se concretizou neste mesmo plano financeiro. Portanto falhou em todos os seus objetivos, mesmos os alicerces em que ele estava sustentado acabaram por falhar, em relação a isso nada a dizer, é apenas mais uma confirmação.*

*Uma outra nota. Dizer que este PSF que falhou é da responsabilidade da maioria PSD/CDS.*

*Terceira nota é que este PSF poderia ter sido útil se este executivo municipal tivesse a intenção de não entrar no FAM. Poderia ter sido útil e isto é uma pena.*

*Quarta nota, não sendo novidade propriamente, mas a assunção de que a dívida da autarquia de ficará pelos 135 milhões de euros.*

*Há ainda uma outra nota que retirámos que foi o aumento do excesso de endividamento, ainda que o aumento do excesso de endividamento tenha sido registado por culpas de alterações legislativas. Tenho dito.”*

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>042</sup>

*“Senhor Presidente, há uma expressão que foi erradamente usada, mas que no caso do Plano de Saneamento Financeiro se aplica na perfeição. O PSF era um “conto de crianças”.*

*Colocar no roteiro do Plano a concessão do estádio pelo seu preço de custo, 65 milhões de euros, foi uma medida claramente mirabolante. Ninguém acredita!*

*Pior. O plano pretendia a privatização de serviços públicos. Lembramo-nos das várias tentativas de parcerias público-privadas na área da educação que o PSD/CDS-PP tentou fazer nos últimos dois mandatos — mas também a da MoveAveiro.*

*Ou seja, o Plano era composto por uma parte irrealista e não concretizável e por uma outra parte que constituía um ataque à democracia e à qualidade de vida dos aveirenses.*

*Mas olho para várias das bancadas à minha direita e encontro deputados municipais que votaram favoravelmente e que durante anos defenderam fervorosamente este “conto de crianças” — prestaram um mau serviço a Aveiro.*

*O relatório semestral de acompanhamento do PSF dá-nos conta da redução no número de trabalhadores do universo municipal. De 1.061 trabalhadores no final de 2007, para 707 no final do ano passado.*

*Redução de um terço da força de trabalho da autarquia em poucos anos.*

*Mas falamos de trabalhadores e trabalhadoras (e não de colaboradores como está escrito) que ao longo de décadas asseguram os serviços essenciais à população de Aveiro. O documento mostra também como estão sujeitos aos severos cortes salariais aplicados pelo governo PSD/CDS-PP.*

*Sobre os impostos indiretos e taxas, se em 2012 a cobrança foi de cerca de 1,4 milhões de euros, em 2014 contando apenas o período até 17 de novembro – a cobrança ultrapassou os 2,6 milhões de euros.*

*No caso dos impostos diretos, sobre o IMI, o documento alerta para e cito “o aumento exponencial a partir de 2013, resulta da avaliação geral de imóveis efetuada pela Administração Tributária em 2012”.*

*Pergunto a Ribau Esteves: reconhece este aumento desmesurado do IMI, como pôde escolher aumentar o IMI já este ano e bem como no próximo ano? Como escolher colocar o IMI à taxa máxima?*

*Hoje, esta Assembleia recebeu o abaixo-assinado contra o aumento do IMI. Estamos solidários com estes cidadãos e cidadãs aveirenses. Sabemos das dificuldades que as políticas de austeridade trouxeram à vida das famílias do país e de Aveiro.*

*No caso dos impostos diretos e indiretos, apesar do aumento dos montantes cobrados, as verbas ficam bastante aquém do previsto pelo Plano de Saneamento Financeiro. O que mostra bem do seu irrealismo. Mas mostra também que a sua execução seria bastante penosa para os cidadãos e cidadãs de Aveiro.*

*Uma outra questão sobre os gastos com eletricidade. Em 2014 foram gastos 1,9 milhões de euros e em 2013 tinham gasto 2,4 milhões de euros. Uma redução significativa, é certo. Mas pergunto: a que custo? A que se deve esta redução? Observamos e temos recebido também várias queixas de munícipes sobre várias ruas que estão às escuras, com a iluminação pública desligada. A redução de despesas não pode sacrificar a qualidade de vida e a segurança dos munícipes.*

*Mas se o Plano de Saneamento Financeiro de Élio Maia era um conto de crianças, o PAM de Ribau Esteves é um pesadelo para crianças e para adultos.*

*Mantém a aposta estratégica de entrega de serviços públicos a privados e aumenta todos os impostos e taxas municipais para o máximo.*

*A dívida é incomportável por más decisões políticas no passado. Recusamos que se hipoteque o futuro e que se castigue a população.*

*Erros do passado não se resolvem com erros no presente e no futuro. É necessária uma alternativa social que respeite as pessoas, que melhore as suas vidas e que renegoceie a dívida”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[043](#)

*“Apenas uma pequena nota para dizer o seguinte “o que nasce torto tarde ou nunca se endireita”. E este é um caso flagrante. O PS votou contra desde o início relativamente a este documento e a prova provada é que quando o mesmo terminar já vai tarde. Portanto não vale a pena fazer muitos mais comentários sobre aquilo que é o ponto do saneamento financeiro.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[044](#)

*“Este relatório decorre de uma obrigatoriedade legal que o município semestralmente é obrigado ao apresentar contas aos órgãos deliberativos.*

*Nós no PSD estamos com boa expectativa, cremos que o FAM venha responder às dificuldades que o município atravessa e a partir do momento que aderirmos ao FAM esta obrigatoriedade deixa de ter feito. Por isso esperemos que o FAM traga boas novas. Obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[045](#)

*“Filipe Guerra, é de facto, um exercício. Julgo que era o Salavessa que estava cá numa reunião quando eu fiz uma intervenção pondo essa hipótese de pegarmos no Plano de Saneamento Financeiro — foi quando discutimos cá o décimo ou o décimo primeiro. E o Salavessa fez esse exercício. E eu disse-lhe “Salavessa, ok, mas diga lá como é que isso se fazia?”. É que de facto o nosso Plano de Saneamento Financeiro não tinha mesmo ponta por onde se lhe pegasse. Basicamente por dois motivos arredondando e encurtando a conversa. Na despesa ele não tratou da grande despesa, tratava de coisas ridículas de pouco impacto e só alude ao sucesso de uma despesa onde a Câmara não teve mérito nenhum, que foi a redução do pessoal que se alcança por força da criação da AdRA, por força dos fim os contratos a prazo e por força das aposentações, ponto um.*

*Ponto dois, o exercício de ilusionismo da receita. Eu não sei o que é que o meu antecessor disse às suas bancadas que o apoiavam quando se propôs vender o Estádio por oitenta milhões!? Eu acredito que haja alguém que se convence-se em algum dia, que o meu antecessor ou o Vereador que tinha as finanças, que estavam mesmo para fechar o negócio dos oitenta milhões para vender o Estádio. Estavam mesmo? Era um exercício objetivo que eles tinham em mãos e que depois não correu bem. Ou era um exercício de absoluto sonho seu ou ilusionismo, perante os outros?*

*Não sei, com uma nota: nem quero saber. Estava só aqui a fazer um outro exercício que era explicar que independentemente destes objetivos que o Plano assumiu terem o maior realismo à data, eles são hoje absolutamente irreais.*

*O que quer dizer, para concluir, que o Plano de Saneamento Financeiro não tem ponta por onde se lhe pegue.*

*E portanto, repito a questão, Filipe. Se puder explicar como é que se pegava naquilo, neste episódio que ao décimo relatório fica claro que não tem ponta por onde se lhe pegue, por favor diga-me.*

*Já agora, só para cultura geral porque agora já não serve de grande coisa, mas por cultura geral, e eu também gosto de ser culto e crescer culturalmente, julgo que todos nós gostamos de crescer culturalmente, mas de facto Filipe, objetivamente, este Plano não tem à data do décimo relatório ponta por onde se lhe pegue. E o tempo que passou, este ano a mais, apenas veio confirmar isso. Não há mais nada para fazer nesta peça.*

*Rita Batista, não vale a pena. A Rita continua nessa sua ilusão do negro, que fique consigo.*

*Quando o Bloco de Esquerda tem esta mania à escala nacional e aqui, que é preciso renegociar a dívida, pois fique sabendo que a grande operação financeira que se faz no PAM é, exatamente, a que o Bloco de Esquerda defende — renegociar a dívida. Basicamente fazem-se duas coisas. Pega-se na dívida de curto prazo, com a qual nós devemos a cerca de mil e duzentas entidades, a maior parte delas privadas, e encontramos um empréstimo que vamos pagar a vinte anos, com juros muito baixos, e pagamos já, no máximo em três anos a toda a gente.*

*Portanto, renegociámos esta dívida, passámo-la de curto prazo, negativo porque alguma desta dívida tem dezasseis anos, para longo prazo.*

*Dois. Fomos à banca, àqueles empréstimos que têm pouco tempo de vida, em regra seis anos e custos mais altos e renegociámos aquela dívida, tendo sido um empréstimo hoje é uma dívida que temos para pagar aos bancos e renegociámos a vinte anos, com os juros mais baixos que o mercado nos permite.*

*Portanto o PAM na dimensão estritamente financeira é, exatamente, aquilo que o Bloco de Esquerda quer: renegociação da dívida.*

*Depois há obrigações e depois há outro conjunto de matérias, nomeadamente à garantia da nossa capacidade de fazer investimento. Esta é a nota de positividade naquilo que respeita a dizer que este relatório está bem feito, faz a avaliação correta de um plano de boa gestão política, e que é aproveitarmos o único instrumento que está ao nosso dispor para de uma vez por todas pormos em ordem a desordem da nossa Câmara Municipal.”*

Presidente da Mesa<sup>046</sup>

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>047</sup>

Vogal Rita Batista (BE)<sup>048</sup>

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>049</sup>

*“Apenas duas ou três notas em relação àquilo que disse o Filipe Guerra. Há uma questão que é: o que disse está correto. O que está na lei permite que uma Câmara que esteja com um Plano de Saneamento Financeiro em curso e que demonstre que, com esse Plano que tem em execução, resolve o seu problema de desequilíbrio pode utilizá-lo para não ir ao FAM. Fica debaixo do acompanhamento do Fundo mas não vai ao Fundo. É verdade. Está aí com clareza. Eu só conheço uma câmara, das vinte e quatro que não foram ao FAM, nós temos quarente e três câmaras que cumprem os rácios, das quarenta e três dezanove apresentaram candidatura formal, sete já apresentaram o Plano, ou ainda só sete apresentaram o seu PAM, e há vinte e quatro que estão a procurar não ir; destas vinte e quatro só conheço uma que tem um bom Plano de Saneamento Financeiro, que está a correr bem, no sentido em que aquele Plano de Saneamento Financeiro está, de facto, a sanear as contas daquela câmara e que o está a tentar provar, devo dizer com grande dificuldade, ao Fundo que não precisa de ir ao Fundo: é a Câmara Municipal do Fundão. É um exercício que de facto é possível legalmente mas que precisa de se ter um Plano em condições para se demonstrar que aquele Plano, que ainda não conseguiu resolver, vai poder resolver. Mas é uma prova objetiva financeira, não é dizer que eu vou resolver com isto. Não. É preciso demonstrá-lo em termos práticos de previsão financeira aquilo que está no Plano de Saneamento Financeiro e aquilo que está no Fundo de Apoio Municipal. Por outro*

*lado, é preciso não esquecermos a banca. Nós com o Plano de Saneamento Financeiro que ainda temos se formos à banca ninguém nos empresta nem mais um tostão, no sentido da extensão dos prazos. Ninguém. O nosso PAM, além de estar no FAM, está na banca. Nós tivemos que mandar, depois das negociações todas e que foram, pelo menos, três rondas negociais, e o PAM está hoje a ser analisado com todo o pormenor pela banca. A banca não vai dizer um sim formal à tal replanificação dos empréstimos que temos, já tinha dito sim informalmente e agora estamos nas formalidades, se não validar a credibilidade do nosso PAM. E toda a nossa banca, incluindo a banca principal do PSF que é a Caixa Geral de Depósitos, que foi a entidade que nos fez aquele empréstimo, foi clara e cristalina a dizer o que é que para eles é o Plano de Saneamento Financeiro. Não temos ponta por onde se lhe pegasse na outra componente do PAM que é a renegociação da dívida bancária. Nunca esqueçam estes números grossos. A nossa dívida bancária é, mais ou menos, metade da nossa dívida total; um bocadinho menos. Portanto, a solução para a dívida bancária é muito importante, eu diria tão fundamental como a outra parte, para, de facto, conseguirmos sair da situação em que nos meteram. Não podemos esquecer esta dimensão. Nós já temos nota dos quatro bancos, dois já nos deram as notas por escrito por e-mail, ainda não por ofício, sobre a sua análise ao nosso PAM, devo dizer que são altamente elogiosas. Elogiosas não é no sentido que está aqui bonito e não sei quê. Não. Elogiosas no sentido de acreditarem que aquela operação que está bem montada pode resolver o nosso problema porque é realista, tem qualidade, etc. Portanto, este exercício é muito importante. E quando se diz a tal frase curta de que o FAM vai ser muito gravoso para o Município de Aveiro é exatamente ao contrário. O FAM vai ser uma peça fundamental para que o Município de Aveiro reganhe notoriedade, reganhe credibilidade, faça investimento, tenha capacidade para apoiar os cidadãos mais carenciados, tenha capacidade para aproveitar os fundos comunitários; o FAM é, de facto, um instrumento muito positivo. Obviamente que não está isento de impactos para o próprio município e para alguns dos nossos cidadãos que têm um sentido de esforço adicional. Por exemplo, no PEDU, na minha análise ao Portugal2020, para mim a maior oportunidade ao financiamento comunitário, para municípios como o nosso, está no desenvolvimento urbano, embora haja uma parte do desenvolvimento urbano onde nós não podemos ir, com muita pena nossa, e que, ainda se chama assim, é o novo JESSICA, que vai estar disponível para entidades públicas. A Câmara de Aveiro não vai poder ir ao novo JESSICA que é um mecanismo de empréstimo, assente em fundos comunitários, e que são uma ferramenta interessantíssima numa análise estritamente financeira. É uma nota do tal esforço adicional negativa nos tais impactos que isto também tem, mas não é possível.*

*É preciso olharmos para isto de forma total e absoluta e depois cada um valorize a dimensão que quer, mas esta é a verdade objetiva. O balanço que fazemos, agora que estamos ainda na fase de fecharmos, formalmente, o PAM, é positivo; está aqui um instrumento que, no somatório de todas as suas componentes, positivas e negativas, boas e de esforço, é positivo. Esperamos é ter a capacidade de demonstrar isso na sua execução.”*

**Não havendo mais intervenções, o plenário deu como *Apreciado* o 12º Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro.**

Não houve declarações de voto.

## **PONTO 8 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio às Associações;**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>050</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar o documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>051</sup>

*“Apenas uma nota breve e estarei ao dispor para aquilo que entenderem neste ponto. Mas já agora e podemos começar por aí, esta é uma das vantagens do PAM. Nós esperamos aprovar este regulamento, publicá-lo e mal entre em vigor, acto imediato, estaremos a abrir o primeiro concurso para as associações apresentarem primeiro toda a parte formal e processual de registo, toda essa componente que é importante, e para apoiarmos as nossas associações, usando a dotação orçamental que temos de quatrocentos mil euros e usando a capacidade de organização financeira que estamos a ter. As nossas associações são muito importantes, mas uma boa parte do seu trabalho, umas mais outras menos, tem relevante interesse público, e é essa parte que justifica a nossa participação. No entanto, é muito importante para a saúde dessa relação que a Câmara use o quê? Use o PAM para pagar as muitas dívidas que tem às nossas associações e que é algo absolutamente inadmissível. Uma Câmara não pode dever dinheiro às suas associações, não pode dever dinheiro às suas Juntas de Freguesia. Portanto, nós, com esta operação, vamos pôr em ordem esse passivo; temos um regulamento novo, e nessa gestão financeira, demonstrando que uma boa parte da atividade das associações tem um relevante interesse público, vamos ser parceiros das nossas associações com critérios, com regras, procurando sermos o mais objetivos possível, o mais justo possível. A Câmara tem um regulamento de apoio que é um bom regulamento, não podemos dizer que é um mau regulamento, mas é um regulamento muito complexo, muito burocrático, muito difícil de manusear. Entendemos que era preciso termos uma estrutura regulamentar nova e, portanto, aqui a fizemos. Fizemos um desenho, tudo isto foi trabalhado em equipa, nenhum de nós é titular deste regulamento, ele foi mesmo muito participado por todos, quem coordenou a sua elaboração foi o meu adjunto, e depois de termos bem maturado a nossa versão, para aí na sétima ou na oitava, enviámos o documento a todas as nossas associações, as que estão na nossa base de dados porque ainda estamos a recauchutá-la porque fomos descobrindo, ao longo do tempo, que ela tem um conjunto de benfeitorias que precisa para termos a base de dados direitinha. Recebemos muitos contributos, foi, de facto, um exercício muito interessante. Recebemos muitos contributos de muitas associações, recebemos também duas que apresentaram logo candidatura, anteciparam um bocadinho a interpretação e apresentaram logo candidatura, mas também foi um exercício interessante verificar que o regulamento também se manuseia com alguma facilidade porque duas delas, em vez de propostas para alteração ao regulamento, apresentaram candidaturas. Temos aqui uma peça que julgamos boa no sentido de ser bem utilizada, de ser útil, enriquecida com a visão das nossas associações e que trazemos à Assembleia Municipal com a proposta de aprovação, com a nota que vamos*

*aprová-lo, publicá-lo para que entre em vigor, divulgá-lo e abrir as candidaturas para que haja efeitos financeiros já sobre o ano de dois mil e quinze. Estarei ao dispor sobre qualquer questão desta matéria.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara, Senhores deputados. Eu creio que nesta temática de apoio às coletividades e associações do município, primeiro é importante valorizar o papel destas mesmas coletividades de dinamização da vida do concelho. Devemos valorizar muito o trabalho dos seus sócios, dos seus associados, dos seus corpos sociais, das muitas pessoas que vão dando ânimo e são parte da vida deste nosso município.*

*Segunda nota. É que o grande problema das coletividades e do regulamento anterior, não era o regulamento em si. Era de fato o não cumprimento dos apoios que essas mesmas coletividades se candidatavam ou iam alcançando. Choveram notas de não cumprimento.*

*Comparando o regulamento anterior e o que hoje aqui é proposto de apoio às associações e no âmbito de uma vista de olhos geral, haverá mais alterações, mas há uma ou duas que saltam à vista. Primeira, neste aqui aparecem prazos, algo que não estava no anterior regulamento e depois também alterações do ponto de vista da comissão de análise ao invés do anterior júri.*

*O anterior júri era composto por cinco técnicos, digo eu por palavras minhas que seriam pessoas relacionadas com a área, presumivelmente idóneas. Nesta nova comissão de análise proposta, não há mais os cinco técnicos e passará o Senhor Presidente de Câmara e ou Vereador e dois técnicos.*

*Ora, dizia o Senhor Presidente de Câmara que ninguém é titular do regulamento e que terão recebido muitos contributos. Mas este traço da constituição desta comissão de análise, bem como aquilo que tem sido a corrente dos últimos regulamentos que têm aqui sido votados, com aprovação do PSD/CDS a verdade é que sai sempre à casa!? O Senhor Presidente de Câmara acaba sempre por assumir a liderança das coisas. Onde estavam uns que saem para estar o Senhor Presidente de Câmara. Se não exerce de fato depois essas presidências ou não tudo bem. Mas de facto passa a deter. Em tudo. Lembro-me até do pé para a mão até no regulamento de Protecção Civil o Senhor Presidente de Câmara se dotava da sugestibilidade de pedir alguém para não falar mais.*

*Há aqui uma corrente de concentração de centralização de poderes na pessoa do Presidente de Câmara que em nossa opinião não abona nada. Primeiro porque sobrecarga o senhor Presidente de Câmara (não é que eu tenha particular preocupação), mas principalmente porque centraliza. E nós entendemos que não pode haver concentração de poderes. Pelo contrário deve haver uma descentralização e entregar mais poderes a outros. E o regulamento e os seus cinco técnicos anteriormente previstos não faziam mal a ninguém e nunca que me recorde houve queixas de parte da apreciação destas pessoas. As queixas eram de outra natureza. Tenho dito.”*

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[053](#)

*“Senhor Presidente, o associativismo faz parte de qualquer comunidade e é importante para a vitalidade dessa mesma comunidade.*

*Do regulamento que pude ler salta à vista duas perguntas: como é que pretende igualdade entre associações visto que não são da mesma dimensão, se não têm os mesmos tipos de contributos, seja de empresas ou mesmo da comunidade. E num dos pontos que fala da avaliação de cada associação, leva em conta o impacto social. Como é que se mede esse impacto social?*

*Noutro ponto do regulamento também fala de apoio ao investimento. O que é que isso quer dizer? Apoio ao investimento no funcionamento da Associação? Empreendedorismo Social que todos sabemos não é ideologicamente neutro — se pudesse desenvolver um bocadinho por aí agradecia.*

*Outro ponto do regulamento prevê a cedência de espaços gratuitos no município. Gostaria que me confirmasse isso e também se é uma coisa que é nova, que não acontecia até agora. Porque o Bloco de Esquerda tem conhecimento de uma associação a Execuo, que contactou oficialmente quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia Glória e Vera Cruz para a cedência de um espaço do município para reuniões dessa mesma associação uma vez por mês. E fomos contactados dizendo que não receberam qualquer tipo de resposta quer da Câmara quer da Junta de freguesia. Por isso saber se é um ponto que já está previsto, gostaria de saber porque é que não houve essa resposta. Se é um ponto novo também esse esclarecimento.”*

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[054](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Eu penso que estamos perante uma agilização de regulamentos das associações que é um facto bastante positivo e salutar. É uma forma até de controlar as despesas faz com essas associações, os subsídios que a Câmara poderá dar a essas associações.*

*Mas o que eu queria dizer na minha conclusão era que realmente aceito que este regulamento está muito bem executado e irá agilizar todo o processo de associações, associações câmara. Também terá que haver uma maior fiscalização no aspecto das próprias associações fazerem parcerias com a própria câmara. Há muitas associações em Aveiro que só pediam salas, salinhas e saletas porque de moeda de troca para a câmara nada faziam — ao ponto de exigir que a Câmara lhes pagasse até as despesas. Ora isto não pode acontecer. Isto tem de ser uma parceria a custo zero. A Associação recebe um subsídio tem de dar um trabalho à Câmara. Tem de executar um espetáculo para a Câmara para os munícipes poderem apreciar aquilo que a Associação faz. Se a Associação merece existir existe, se não merece existir, se o seu trabalho não tem qualidade, temos de acabar e a câmara deixa de ter despesa com ela. Era o que eu queria assinalar. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Marques Pereira (PS)[055](#)

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[056](#)

*“Este regulamento parece-me bastante sensato e vai buscar princípios e procedimento que me parecem bastante claros e que propiciam uma avaliação clara das candidaturas efetuadas. Penso que isto aqui fica bem evidente de uma responsabilização que é preciso existir por parte das associações neste tipo de procedimentos e nos apoios que esperam.*

*Não raras vezes o que se verifica e o que se ouve a alguns dirigentes associativos participantes em estruturas associativas, é aquela forma de pensar do antigamente, em que acham que como estão constituídos em associação, todos lhes devem tudo. As câmaras, as juntas e por ai adiante. Não é assim, já não é assim há muitos anos, nem*

*pode ser assim. Uma câmara como a nossa em que se exige uma gestão muito sensata e muito parcimoniosa em que os objetivos que tenham revertam para o bem comum é muito importante que aqui estejam muito bem definidos. Como aqui estão com sensatez e com clareza os procedimentos de candidatura, os prazos de respostas e todas estas competências que aqui estão expressas. E portanto, queria dar os parabéns por este regulamento.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>057</sup>

*“Filipe Guerra, às vezes, já não sei qual de vocês, mas acho que até foi mesmo o Filipe que falou que o regulamento até era bom mas a sua execução é que foi má. Uma das coisas que eu achava mal era o tal júri porque estava no regulamento mas, na prática, o exercício era completamente diferente. Há aqui uma questão que é clara. A assunção política das opções que vamos tomar é dos eleitos. E os eleitos são o presidente e os quatro vereadores. Nós temos quase cerca de duzentas associações. Estão a ver aqui a concentração de poder a tratarmos de duzentas associações. Nem que eu fosse a pessoas mais supersónica do mundo não seria possível. O regulamento está feito com as palavras corretas, o presidente ou os vereadores porque nós o que fazemos, a nossa lógica, é, consoante os pelouros estão justapostos à tipologia da associação, cada um tratará do seu grupo. Aquelas que me cabem a mim serão tratadas pelo meu adjunto e pelo meu chefe de gabinete porque eu não tenho condição. Agora, no fim a responsabilidade política é absolutamente solidária e única. Quem vai liderar e quem vai decidir são os eleitos, com o trabalho técnico importantíssimo de uma equipa que já está a ser treinada, constituímos uma equipa no GAPEL, no nosso Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Eleitos Locais, que fornecerá um técnico e teremos depois um segundo da área da especialidade de cada uma das associações. É uma lógica com a clareza que precisamos de um apoio técnico para fazer este trabalho, para o fazer e para depois acompanhar a sua execução, mas aqui estão as opções políticas assumidas por quem tem essa responsabilidade. Não vale a pena virem com essa coisa. Eu sei que, de facto, agora há Presidente, eu sei que o nosso município passou muito tempo sem Presidente, incluindo aqui, na Assembleia Municipal. E agora tem. E há alguma malta que, de facto, se chocou muito por não ter, agora, quando tem, parece que tem demais, e eu compreendo isso. Mas olhem... o que é normal nas câmaras municipais portuguesas é as câmaras terem Presidente. Eu até sou contra o quadro legal que temos em vigor, porque, como sabeis, o nosso quadro legal, no dia em que tomamos posse a única pessoa que tem poder é o Presidente, e depois o Presidente tem é a possibilidade, é sua decisão, de partilhar parte do seu poder com os Vereadores que bem entender. Não fui eu que inventei a lei, sou contra ela, gosto de um outro modelo, não vamos agora falar sobre isso mas poderemos, um dia, falar com gosto. Este é o modelo que temos, esta é a forma como nós vamos gerir, com os nossos técnicos, esperando que eles trabalhem bem, e com as nossas responsabilidades justapostas entre os pelouros e a tipologia de associação.*

*A Rita Batista fez duas ou três perguntas. Em primeiro lugar, o impacto social. Nós pretendemos que o regulamento tenha objetividade mas, obviamente, alguns critérios têm subjetividade. Não há volta a dar-lhe. Julgo que todos nós conseguimos fazer uma análise sobre isto. É evidente que não vamos fazer aquelas coisas que às vezes se fazem “porque é que demos mil a uma associação desportiva e apenas cem a uma social, se a social é que trata dos meninos e a desportiva anda a brincar às pombas?”. Isso é totalmente errado porque pomo-nos a comparar alhos com bugalhos. Aquilo que é a nossa perspectiva, o impacto social tem que ser por tipologia precisamente para não*

*compararmos alhos com bugalhos; obviamente que uma associação desportiva que tem quinhentos jovens em formação tem, seguramente, um impacto social diferente de uma associação desportiva que não tem jovens em formação. Há, no bom-senso, objetividade para nós medirmos o impacto social, instituições sociais a mesma coisa já que há valências, número de utentes; portanto, achamos que é fácil fazer essa avaliação proporcional àquilo que é o impacto social da atividade de cada uma das associações.*

*No investimento, aquilo que aí colocamos, é o investimento em obras das associações e é isso que vai para essa rubrica que chamámos de investimento.*

*Cedências de espaço é um dos problemas mais graves, tem um passivo brutal porque foi tudo feito sem regras, sem nexos, sem tratamento equitativo. Há as coisas mais inacreditáveis. Só dou, como exemplo, uma, não falando nem do sítio, nem do nome das associações. Temos um edifício municipal que tem lá muitas associações; algumas têm contador e pagam luz, outras não têm contador e não pagam luz. Temos as coisas mais diversas e mais disparatadas. O que é que nós queremos? Queremos manter esse apoio porque o entendemos importante, ainda por cima numa Câmara que não tem condição de apoiar muito financeiramente, apoiar em géneros, nomeadamente um género que temos, é um bom apoio, um apoio importante. Queremos medi-lo financeiramente, queremos que as associações saibam que o sítio “x” se tivesse uma renda comercial pagava cem e, portanto, o apoio material vai ter um valor para se ter a noção do valor; não é para pagar porque, repito, queremos manter este tipo de apoio, mas queremos pôr isto na devida ordem. Temos atribuições de boca, temos atribuições contratadas formalmente com as formalidades mais díspares. Portanto, o objetivo do que aqui está é aproveitarmos o lado bom desse trabalho que se faz no nosso município há muitos anos, eu diria há quatro décadas, mas pô-lo na devida ordem com uma relação equilibrada e equitativa. Rita, obviamente que atribuir um edifício a uma associação que pede para reunir uma vez por mês, há, depois, a outra questão que é a rentabilidade social destes mesmos edifícios. É preciso haver critérios. Se uma associação, se uma entidade, precisa de um espaço uma vez por mês a Câmara tem condição de facultar isso em apoios pontualizados e não entregando um espaço em definitivo. Nós, felizmente não são muitos, são poucos, temos alguns espaços que estão entregues e não se passa lá nada. Um deles já o retirámos porque para além de não se passar nada passavam-se problemas de impacto social gravíssimos, marginalidade a vários níveis; e era um edifício que estava entregue a uma associação. É este exercício que queremos fazer com todo o rigor e com equilíbrio no tratamento entre as nossas associações.*

*Agradeço e subscrevo o que disse o Ernesto Barros e o que disse a Susana Esteves. Sobre estas matérias nem tudo é bom. O Marques Pereira dizia que nem tudo foi mau no mandato anterior, grande verdade. E também é grande verdade que nem tudo é bom no mundo das associações. É outra grande verdade. Temos que tratar de forma diferenciada o que é diferente. Já falámos disto imenso com as nossas associações, principalmente com as culturais; queremos assinar um protocolo com a banda “x” e vamos apoiar com mil, nesse mesmo protocolo vai ficar que a banda “x” vai tocar uma vez por ano para um evento municipal, vai usar uma vez por ano o Teatro Aveirense para um seu espetáculo que pode cobrar bilheteira e ela é sua. Portanto, há uma atitude, uma opção, deste exercício de dar e receber. É preciso não esquecer uma coisa que muitas vezes esquecemos, às vezes tratamos as associações como se fossem departamentos do Estado. As associações são entidades privadas, têm dono e o dono são os seus sócios. Ninguém pediu para as associações nascerem ou existirem. As associações são entidades privadas, independentes, absolutamente livres. Nós Câmara*

*entendemos que é interessante, por causa da tal frase que eu disse há pouco, porque elas, parte, umas mais outras menos, boa parte do seu trabalho tem relevante interesse público e é por causa disso que nós queremos ter um bom regulamento e queremos usar um bom regulamento para apoiar as nossas associações numa lógica de dar e receber, como não pode deixar de ser.*

*O Marques Pereira usou esta expressão bruta mas clara que é um acordo de paz. Eu não usaria semelhante palavra, mas pronto. Nós já estamos a fazer muito trabalho com as nossas associações. Ainda não estamos a facultar apoio financeiro mas já estamos a facultar apoio institucional, apoio material em géneros nalgumas matérias, apoio organizacional em transportes, em barraquinhas para eventos; há muito apoio da nossa Câmara às nossas associações neste ano e meio de trabalho. O que é que não há? Cheque, transferência financeira só temos para Bombeiros Novos e Bombeiros Velhos, iniciou-se em dois mil e catorze e já está a ser assim em dois mil e quinze. Mas apoio ao movimento associativo nós temos tido imenso, com um valor financeiro que, sinceramente, não o tenho medido, mas que se mede com facilidade. Somos uma Câmara com os recursos que temos mas que tem feito o mais possível no apoio mas também na presença. A nossa Câmara, especialmente nos últimos quatro anos, abandonou as nossas associações. Nós somos um Executivo presente. É raro, mas às vezes acontece, porque algum de nós se desorganizou ou porque a sobreposição de acontecimentos é de tal ordem, que num evento das nossas associações, para os quais fomos convidados, nós não vamos, obviamente, a casa de quem não nos convida embora na esmagadora maioria dos eventos a Câmara é convidada, e lá está o Presidente ou os Vereadores; mais os Vereadores do que o Presidente porque os Vereadores são quatro e o Presidente é só um e aí eles ganham-me imenso no número de representações que fazem nas associações. Mas é uma coisa muito importante e que devo dizer que as nossas associações valorizam imenso porque estamos, conhecemos, apoiamos, damos uma ideia, lembramos um programa de financiamento, resolve-se o problema de um terreno que não está escriturado, estamos a ajudar as associações a licenciar edifícios onde se joga à bola, onde se pratica canoagem há muitos anos e que não têm licença, e andamos a enganar a EDP para manter as ligações elétricas, etc., etc., etc. Já estamos a fazer um trabalho muito intenso com as nossas associações.*

*Quanto à paz, Marques Pereira, resolvemos um problema que eu acho que não existia. Mas neste município quase tudo existe. Nós tínhamos uma associação que andava há vários anos a litigar em tribunal contra a Câmara por incumprimento de pagamento de subsídios da Câmara a essa associação; uma associação muito importante do nosso município com um trabalho notável na sua área de especialidade. Primeiro custou-me muito a acreditar como é que a relação de uma câmara com uma associação se degrada ao ponto de se ir para tribunal. O que é que fizemos? Sentámo-nos à mesa e fizemos um acordo. Está fechado o acordo, está assinado, acabou a conversa e acabou o processo judicial. Fechámos o acordo, de forma civilizada. Aquilo tinha uma reivindicação financeira muito alta, mas fizemos um acordo com base no valor que nós achávamos que não tinha discussão, que a Câmara tinha mesmo obrigação de pagar. Mas sentámo-nos à mesa, discutimos, foi preciso discutir, e está fechado e, neste momento, a Câmara não tem nenhuma litigância judicial a este nível. Isto é fazer a paz, isto é trabalhar em equipa, isto é criar dinâmicas positivas e exemplares. Obviamente que, para além do problema com aquela associação, estamos também a dar um mau exemplo para todo o universo associativo e para os nossos concidadãos. E temos associações em gravíssima situação financeira. E não são só aquelas das quais se fala muito, temos algumas das quais não se fala e que têm situações dramáticas, algumas por sua própria responsabilidade, mas algumas delas com relevante contributo por*

*causa dos incumprimentos da nossa Câmara Municipal. Também aí temos estado a trabalhar com cada uma delas, a ver por onde é que há soluções, se é pela esquerda, se é pela direita, se é pelo problema A, se é pelo problema B, ajudar na banca, ajudar a planear mecanismos de resolução financeira, nomeadamente no quadro legal vigente. É, e tem sido, um apoio, em termos de consumo de horas, a parte que mais horas tem consumido porque, de facto, temos algumas associações que atingiram uma situação dramática, ainda por cima, posso dizer todas elas, as que me estão a vir agora à memória, com um trabalho de relevante interesse público para todos nós e para os nossos concidadãos.*

*Esta reforma, que exige, obviamente, rigor, as associações todas que querem trabalhar com a Câmara têm que ter as contas em ordem, têm que prestar contas, têm que mostrar formalmente onde é que foi aplicado o dinheiro, têm que fazer uma gestão rigorosa e partilhar, de acordo com as regras e com aquilo que é exigido à própria Câmara Municipal. Portanto, Sr. Presidente e caros colegas, acho que temos uma boa proposta e temos também uma determinação absoluta de executarmos bem este regulamento, construindo uma relação saudável, positiva, geradora, muito mais do que aquilo que já temos, e que é positivo, com um movimento de grande importância e que tem, nos dirigentes associativos voluntários, um património absolutamente notável, que não há dinheiro que o pague, mal de nós se o fossemos pagar, acabávamos com ele, porque não era sustentável. Entendemos que essa nota de relevante interesse público de boa parte do seu trabalho exige uma Câmara Municipal que tenha, primeiro, uma relação institucional de qualidade, e depois que tenha instrumentos, a vários níveis, para prestar apoio, para fazer verdadeira cooperação.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)<sup>058</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>059</sup>

*“Rita Batista, obviamente que registo e aceito os seus receios. Daremos o nosso melhor para que os seus receios não se confirmem e para que tenhamos, no resultado da aplicação destas regras que aqui estão, boa consequência. É respeitável o seu receio mas espero que as coisas nos corram bem em tudo. Uma associação de proteção dos animais tem um papel particularmente relevante, mas também tem que fazer as coisas bem. Não pode ter canis ilegais, não pode despejar as águas de esgoto para a primeira ribeira que passe ao lado. A nossa lógica é mesmo uma lógica correta de fazer bem, de ajudar a fazer bem, usando a tal cooperação institucional. Procuraremos fazer o nosso melhor, com qualidade, com espírito de equipa, com transparência, que é uma outra conquista que queremos colocar nesta relação; porque é que aquele edifício está cedido àquela associação? Porquê? Há muitos casos em que não há a menor hipótese de responder a isto; não há mesmo. Procuraremos fazer bem.*

*Na questão dos apoios permanentes ou pontuais nós não vamos pôr no regulamento os apoios pontuais, como por exemplo uma associação que pede o auditório da biblioteca ou este para fazer uma ação pontual. Essas matérias são tratadas como actos pontuais. Uma associação que pede pontualmente um autocarro, um palco, coisas que muitas vezes são imprevisíveis, muito difíceis de planear a um ano; continuaremos a tratar, como já tratamos desde que chegámos, esses pedidos, sabendo que, de vez em quando, há alguns pedidos mais difíceis de satisfazer; não é possível, nem nunca será possível, satisfazer todas as solicitações a cem por cento. É a minha convicção de que temos um bom regulamento e tenho a mais absoluta confiança em mim mesmo e nos nossos*

*quatro vereadores, em toda a equipa da nossa Câmara Municipal, que vamos fazer isto bem e que vamos crescendo na qualidade da relação e da cooperação da nossa Câmara Municipal com as nossas associações.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>060</sup> o ponto 8. – Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Apoio às Associações, sendo aprovado por maioria, vinte e nove votos a favor (PSD14+CDS6+PS8+IND1), zero abstenções, e dois votos contra (BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>061</sup>

*“Gostaria de fazer declaração de voto a intervenção que o PCP preferiu neste ponto.”*

Vogal Rita Batista (BE):<sup>062</sup>

*“Também a intervenção como declaração de voto.”*

## **PONTO 9 - Apreciação e votação do Plano de Ação para a Energia Sustentável.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 31/03/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa<sup>063</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para explicar o documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>064</sup>

*“Uma nota muito sumária. Isto é um trabalho validado politicamente, mas nasce basicamente da nossa equipa técnica, que tem trabalhado no quadro da nossa Divisão de Ambiente Energia e Obras, no âmbito da nossa Agência para a Sustentabilidade e Competitividade, que trabalha na CIRA sobre a liderança do nosso município. Que tem feito um excelente trabalho num projeto que está a acabar porque ele está financiado no âmbito do QREN, mas que já tem uma decisão política assumida de que tem de ter continuidade.*

*Este é um trabalho muito importante. Há tanto para fazer e haverá sempre, em áreas de ambiente, eficiência energética, etc. E portanto esta é uma decisão que temos assumida e, portanto, este plano de ação que agora formalizamos, que já teve aqui alguns exercícios de aplicação no quadro de algumas demonstrações de boas práticas, tem de facto esta nota de ser o corolário de um trabalho e ser boa base para o trabalho que temos para fazer daqui para a frente.*

*Quando há uns meses aqui trouxemos o Pacto de Autarcas e se perguntou: onde é que está o plano de ação? Pronto. Aqui está o plano de ação, fruto de um trabalho de interação de equipas dos 11 municípios da comunidade, com técnicos maioritariamente da área do ambiente, mas não só. Com uma grande transversalidade de competências técnicas, para termos um bom plano, como achamos que temos, para nos servir de boa base a tantas coisas que queremos fazer.*

*A candidatura a fundos comunitários para podermos executar muitas dessas ações para obviamente desmultiplicar o plano naquilo que são as entidades públicas e privadas, que tem um contributo a dar para a sua boa execução.*

*Portanto, esta é uma peça que temos o maior gosto em trazer à consideração da Assembleia Municipal, nessa dupla função de fechar este trabalho da nossa Agência para a Sustentabilidade e para a Competividade e ser uma boa base para o muito trabalho que temos para fazer daqui para a frente. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)<sup>065</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>066</sup>

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)<sup>067</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>068</sup>

*“Rita, eu acho que o Governo do nosso país teve muita razão em iniciar o processo da fiscalidade verde; eu acho, sinceramente, é que não teve foi jeito. É uma nota política da minha parte, não vou estar agora a perder tempo com isso. Aquilo que são os princípios e os objetivos principais da fiscalidade verde são, de facto, muito importantes, muito difíceis de alcançar, é preciso ser-se muito solidário com as gerações vindouras porque é preciso muito tempo, muitos anos, para que as consequências positivas vão acontecendo. É uma aposta séria, com qualidade, muito exigente, numa sociedade que quer resultados quase todos para amanhã. É um caminho que eu acho que o Governo assumiu bem, só que acho que assumiu no tempo errado e numa ambiência que criou algumas confusões nas pessoas, nomeadamente numa altura em que, por exemplo, nos combustíveis eram esperadas descidas e afinal aquilo provoca é uma subida. Mas aquilo que se quer é, na lógica da conta total da fiscalidade, a fiscalidade verde propiciar que na outra fiscalidade haja ganhos para os cidadãos que, no somatório, possam buscar diminuições nos seus custos da fatura fiscal também por terem comportamentos ambientalmente mais equilibrados e mais sustentáveis. Objetiva e diretamente, deste plano não virá nenhum custo novo, nenhum imposto novo, para os nossos concidadãos. No que respeita às outras matérias, somos todos consumidores, as questões têm dimensão nacional, não têm diferenciação no que respeita aos efeitos municipais.*

*Quanto aos contadores inteligentes, devo dizer que é algo muito importante, muito exigente, em termos técnicos. Por exemplo, já está a acontecer numa área que nos preocupa muito, a Rita já falou nela, que é a factura da EDP. A EDP está a montar, o nosso Município é um dos pioneiros, acabará dentro de muito pouco tempo, a instalação de contadores inteligentes nos nossos PTs, nos nossos trezentos e setenta e quatro Postos de Transformação que propiciam a relação de distribuição de energia em baixa tensão. É algo muito importante para podermos melhorar, primeiro, o conhecimento daquilo que se está a passar na produção dos custos, e depois o manuseamento do sistema, porque não é exatamente só passar a ter um contador que tem um tipo de funcionamento, que nos permite o acesso à informação online, etc. É passar a ter um sistema que pode ser manuseado; por exemplo, pelo meu telemóvel eu posso dar uma ordem e baixar a intensidade da luz aqui da nossa Avenida entre as três da manhã e as cinco, passar a cinquenta por cento. Portanto, não é só o contador é um conjunto de competências técnicas que o contador e um conjunto de infraestruturas que estão a montante dele vão permitir. Primeira experiência que já tem municípios-piloto em Portugal; nós não somos piloto mas vamos ser um dos próximos municípios a ter*

*essa solução montada. Esta área é muito importante, com uma despesa tão grande para todos nós, que é a nossa factura da energia.*

*Esperemos, de facto, como disse o Dr. Marques Pereira, que o voto favorável da Assembleia ao Plano seja um contributo para a sua boa execução, para que possamos ir tendo, pela sua execução, resultados que nos melhorem a nossa prestação de sustentabilidade.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>069</sup> o ponto 9. – Apreciação e votação do Plano de Ação para a Energia Sustentável, sendo aprovado por maioria, vinte e nove votos a favor (PSD14+CDS6+PS8+IND1), duas abstenções (BE1+PCP1) e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

### **PONTO 10 - Apreciação e votação da Moção “Delegação Competências para os Municípios”.**

De seguida o Presidente da Mesa<sup>070</sup> deu a palavra ao proponente da Moção (Partido Comunista Português) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>071</sup>

*“Exmo. Senhor Presidente, Exmos Senhores deputados municipais, Presidente de Câmara e restantes Vereadores e público presente.*

*Nós, o PCP, entendemos apresentar uma Moção sobre um projeto de delegação de competências que tem vindo a ganhar espaço político e amplo espaço no nosso país. Não vou agora ler aquilo que é a Moção que apresentámos, embora estejamos da nossa parte disponíveis para qualquer esclarecimento e para o confronto de ideias que possa acontecer bem como para a colher outros contributos.*

*De qualquer forma, não deixaria de apresentar esta Moção chamando atenção para alguns aspectos.*

*Primeiro. Esta Moção sobre Delegação de Competências não é uma Moção contra a descentralização de competências ou até com os princípios constitucionais inscritos, como é a subsidiariedade, em que a competência funcional deve estar sempre próxima e deve estar sempre colocada junto daqueles que têm os problemas e junto daqueles que estão em melhores condições para resolver os problemas.*

*A Delegação de Competências deve ser feita, deve ser de forma em que adota os meios financeiros e materiais necessários para persecução das finalidades alvo dessas mesmas competências e não através da redução de investimento ou de responsabilidade por parte do Estado Central ou através do Governo da República que, poderia assim, transferir descontentamento popular da não satisfação dessas mesmas finalidades, não para o governos mas sim para as autarquias.*

*Consideramos que uma municipalização como esta que é proposta pelo governo será feita através de contratos administrativos, portanto num contexto de desinvestimento público, como aquele que temos vindo a assistir quer através do acordo feito com a Troika, quer através do Tratado Orçamental. Portanto um movimento político que têm destruído e encerrado serviços públicos e desconfigurado políticas públicas, igualmente.*

*Os termos da municipalização através da delegação de competências, tem nos seus termos de negociação um espaço muito reduzido. O Governo não procurou desenvolver um diálogo com as Autarquias. Antes, impõem um modelo que de alguma forma se*

*incompatibiliza com aquilo que é o respeito institucional, com os poderes constitucionalmente conferidos ao Poder Local Democrático e àquilo que são as suas responsabilidades. Ou seja, esta delegação de competências não é fruto de um debate, é sim uma imposição que é feita.*

*O Poder Local, no nosso entendimento e creio que no vosso, necessita da dotação dos meios financeiros e dos recursos, naturalmente, para cumprir com as suas atribuições. Urge rever sim a lei de financiamento das autarquias, dotando-as dos meios necessários para os meios que prossegue.*

*As Autarquias, o Poder Local, os Autarcas Portugueses, estão preparados e estão capacitados para junto das populações resolverem os problemas que se colocam. Não devem no entanto deixar-se levar por “cânticos de sereia” por qualquer perspectiva idealista de Poder que no fundo não resolverá nem os problemas das populações nem contribuirá para o prestígio do Poder Local. Pelo contrário perigará com aquilo que são os serviços públicos e poderá isso sim desviar o ónus do descontentamento, do governo e do estado central para os autarcas.*

*Em relação às delegações de competências e àquilo que tem sido as áreas de que se fala nas delegações de competências, nomeadamente na Saúde, na Educação, na Cultura, e pasmem-se até na Segurança Social!*

*Creemos que os senhores deputados serão conhecedores das posições tomadas não só por autarcas (sublinho a negrito) de todos os quadrantes políticos, mas também aquilo que diversas organizações políticas, sociais, sindicais, tem vindo a alertar. E por exemplo da forma como a Fenprof coloca o perigo das autarquias ficarem responsáveis pela definição de um quarto do currículo dos estudantes, bem como da chamada de atenção pela Ordem dos Médicos, para a possibilidade de um desenquadramento de uma política nacional de saúde que seria desenhada não pelo governo, mas sim pelas autarquias, destruturando assim uma verdadeira política nacional.*

*Exmos senhores deputados, esta é a Moção que o PCP lhes propõe, portanto está para vossa discussão e da nossa parte teremos toda atenção àquilo que colocuem.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)<sup>072</sup>

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>073</sup>

*“Senhor Presidente, Srs. Deputados. Considero que esta Moção apresentada pelo Partido Comunista está fora de âmbito, está fora de questão, está fora amplitude na nossa casa. Isto é mais uma situação que penso que a Assembleia da República já decidiu do que da competência da nossa assembleia municipal.*

*Pelo que estou a ver já existem mecanismos mais que competentes para delegação de competências. As delegações de competências têm funcionado, umas bem outras mal, mas isso, é tudo uma questão de gestão pois como em tudo há bons e maus gestores. É uma questão das autarquias entregarem bem ou entregarem mal as competências. É que também quem fica com essas competências também pode fazer uma má gestão e portanto é de parte a parte que as coisas acontecem. Esta Moção aqui apresentada pelo PCP irá criar mais despesismo a nível da delegação de competências e penso que a solução é não avançarmos com a aprovação desta Moção.”*

Vogal Anselmo Castro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>074</sup>

*“Iria começar por dizer que há coisas que os deputados de um determinado grupo parlamentar devem votar em conjunto, há outras que devem votar em consciência. E*

*esta parece-me que é uma delas. E portanto eu vou falar daquilo que eu penso. É a minha posição pessoal e depois cada um dos outros membros do Partido Socialista pensarão o que quiserem.*

*Quero começar por dizer que concordo com muitas das coisas que estão nesta Moção. Como é apanágio do Partido Comunista esta Moção é clara e bem redigida. Mas como também é apanágio do Partido Comunista não está interessado em que os outros votem nela. Ou parece-me, que está interessado que os outros não votem nela. Porque há muitas divergências salutares, há muitas ideias, e achar que muitos dos governos anteriores, incluindo o do Partido Socialista, achar que fizeram muitas medidas erradas (e está no seu direito) — mas não é por isso que vou deixar de votar ou não nas coisas do Partido Comunista. Mas não está cá escrito isso. Está escrito que “há uma estratégia”. Estratégia significa que o princípio, a ideia fundamental, da ação dos governos, este e os anteriores, é a destruição de funções do Estado e das Políticas Públicas.*

*O deputado Filipe Guerra, que muito provavelmente terá nascido depois de eu ter começado a defender políticas públicas, não está com certeza com a ideia de que eu estou para aturar estas coisas. Obviamente, não estou.*

*Portanto, concordando com muitas das coisas que aqui estão, eu só posso votar contra, porque reconheço que o Partido Comunista não está interessado infelizmente em encontrar forças que concordem ou atuem em uníssono sobre coisas que se possam ter em comum. Está interessado na velha ideia dos “pobretes mas alegretes” ou “orgulhosamente sós” acompanhado aqui neste caso pela deputada do Bloco de Esquerda isso é-lhe suficiente — a nível nacional parece que nem isso consegue. E portanto, a minha única opção é fazer a vontade ao Partido Comunista que não quer que outros se juntem a outros de ideias parecidas, que é votar contra.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[075](#)

*“Sobre este tema da delegação de competências e da descentralização nós entendemos por regra que há municípios capazes e municípios menos capazes — como em tudo.*

*Isto são actos voluntários dos executivos municipais. Não é regra para toda a gente. E para não dizerem que nós nesta bancada só falamos sobre as coisas de Aveiro e sobre a proteção que damos à Câmara de Aveiro, neste tema da descentralização de competências vou falar numa Câmara aqui perto, vou falar da Câmara Municipal de Águeda, que vai em princípio aderir a uma desta descentralização de competências e eu gostava de perguntar: será que o Presidente da Câmara Municipal de Águeda é menos honesto, menos rigoroso ou menos competente, ao querer para o seu município uma delegação de competências? Eu acho que não. Ele voluntariamente achou que era o melhor para as suas gentes e por isso vai subscrevê-lo.*

*Depois outra coisa. Falou-se aqui de clientelismo do poder autárquico! Isto não pode existir. Muito menos nesta Assembleia onde se pode achar que o poder autárquico está minado por clientelismos e por caciquismos. Não tem que estar. Como em tudo há executivos honestos e executivos menos honestos. Pessoas mais capazes, pessoas menos capazes. Agora dizer à partida que se houver uma delegação de competências é para criar mais clientelismos não está correcto. Eu não quero crer que o Senhor Presidente da Câmara de Águeda ao querer fazer um acordo de delegação de competências com o governo, esteja a pensar nos meninos lá da terra e nos clientelismos. Penso que ele está a pensar numa maneira de ser mais prestável, mais competente para as suas populações.*

*Por isso, não podemos votar a favor de uma proposta que corta, que trata tudo por igual. Nós nesta bancada somos claramente a favor da descentralização e a favor destes actos de delegação de competências, que são actos voluntários de cada executivo e de cada município.”*

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[076](#)

*“Bem, ouvindo atentamente as considerações que foram as intervenções dos senhores deputados, responderia enfim a todos naturalmente.*

*Diria à Senhora deputada Rita Batista, ela colocou diversas questões, nomeadamente a degradação dos serviços públicos, que é uma realidade que entra pelos olhos a dentro, e só não vê quem não quer ou quem não está de acordo com ela. Referiu-se aos perigos do clientelismo e isso naturalmente não pode ser colocado como se fosse um problema do poder local e dos autarcas. Isto é um problema que tanto pode ser do Estado Central como das autarquias.*

*Colocou as questões do combate às desigualdades e aqui sublinhava dois prismas. Primeiro do ponto de vista das desigualdades sociais, bem como do ponto de vista das desigualdades das assimetrias regionais.*

*A Senhora deputada colocou ainda questões relacionadas com a escassez ou a não escassez dos recursos financeiros, bem como o potencial caminho para a privatização.*

*Um, a escassez dos recursos financeiros é algo que ainda não está devidamente clarificado, mas o caminho para a privatização pode eventualmente ser decorrência dos recursos financeiros.*

*O Senhor deputado Ernesto Barros, colocou diversas questões relacionadas com a amplitude e com a tempestividade e oportunidade desta moção bem como a competência ou não da Assembleia Municipal para votar esta mesma moção.*

*Eu gostaria de dizer que esta Assembleia Municipal é um órgão político, representativo da população de Aveiro e na nossa opinião esta assembleia municipal tem competência para se posicionar sobre o que quiser. Esta Moção tem até o cuidado de se dirigir também ao Governo da República. Assim sendo, fará todo o sentido esta Assembleia pronunciar-se.*

*Sobre os bons gestores e os maus gestores. Bem, aí podemos estar todos de acordo. De facto bons gestores maus gestores poderá tanto haver no Estado Central como nas Autarquias Locais. Mas em relação a um outro aspecto que o senhor deputado disse, não me ficou talvez por dificuldade de entendimento meu, que refere que cria despesismo a descentralização de competências. Ora se a descentralização de competências cria despesismo isso é contraditório com aquilo que disse. Ou seja, à face disto, presumo que votará favoravelmente a Moção.*

*Em relação àquilo que o deputado Anselmo disse. Eu creio que o Senhor deputado não se pronunciou sobre nenhuma questão de fundo desta Moção. Negou a diminuição e a destruição dos serviços sociais do Estado. Presumo que não tenha visto o Tratado com a Troika firmado pelo seu partido e do que lá estava escrito em relação aos serviços sociais do Estado. Se não consegue ver o encerramento de escolas, de maternidades, de serviços de saúde, de transportes, enfim, um conjunto larguíssimo de transformações sociais que houve, do ataque à segurança social. Enfim, se não consegue ver isso não poderá ver mais nada.*

*Em relação ao restante da sua intervenção dir-lhe-ia o seguinte. Em relação à minha idade julgo que não é relevante. Eu nunca me pronunciei sobre a idade de ninguém, sobre o género de ninguém. Enfim, eu estou aqui para discutir política. E agradeço que*

*não voltem a fazer referências dessas porque não contribuem em nada para o debate que aqui se faz.*

*Outra ideia ainda em relação em relação àquilo que disse. Que o PCP não está interessado em que os outros votem nela. Eu creio que isso é uma contradição total com aquilo que estamos neste momento a fazer, que é propor uma Moção e trazê-la ao debate.*

*Em relação àquilo que disse sobre o PCP estar “orgulhosamente só” e querer estar orgulhosamente só. Senhor deputado Anselmo, essa frase, essa expressão, tem autor, é autor conhecido, foi um autor que o seu regime já lá vai, amanhã é dia 25 de Abril, o PCP tem uma larguíssima história noventa e quatro anos de combate ao fascismo, portanto esse seu ataque foi uma coisa hedionda, foi miserável, de todos os pontos de vista, não sei qualificar. Foi miserável. Ainda mais, ao que sei, o senhor foi do PCP, corrija-me se estou enganado. Ou seja esteve lá décadas e só agora é que percebeu que o PCP era o demónio. Sinceramente, olhe, há o nível zero e há o nível do esgoto. O seu foi abaixo do zero.*

*Em relação ao Senhor Manuel Prior. Ouvi as suas palavras. Agradeço a atenção que deu à nossa Moção. Creio que se focou no aspecto do clientelismo, uma questão que também outros colocaram, mas eu procuraria centrar o debate e colocar a seguinte questão. O clientelismo é um problema de facto. Aqui e em qualquer lado. Mas esta Moção não tem em momento algum a intenção de insinuar que a descentralização é clientelista ou que o Estado Central é que é o anti clientelista. Nós procuramos aqui é acima de tudo, é salvaguardar que a descentralização de competências é feita, mas dotando o Poder Local daquilo que é necessário para assumir as suas responsabilidades, ok. Não fazemos qualquer tipo de acusação mais ou menos direta ou subliminar. Não é aí que queremos colocar a questão. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa<sup>077</sup>

Vogal Anselmo Castro (PS) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:<sup>078</sup>

*“Senhor deputado, eu entrei para o PCP ainda o senhor não teria nascido, primeira coisa. E filo com muita honra. E penso que terá mudado mais o PCP do que mudei eu. Acontece o seguinte: eu lembro-me quando era militante do PCP por altura de 74, 75, e 76, quando o PCP era continuamente atacado e apelidado de traidor, porque queria destruir todas as grandes lutas do povo e estava submetido a milhares de coisas. Lembro-me disso e de ter gramado muitas discussões desse género. Infelizmente, parece que o PCP quer ter esse papel agora, de que foi vítima nessa altura, e de que gosta de ter esse papel agora, faz muito bem o ter.*

*Sobre outras coisas eu digo aqui a este senhor, que pode-o irritar “que cresça e apareça” e aprenda a ser bem-educado.”*

De seguida o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, tendo o mesmo escusado a sua intervenção.

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>079</sup> ponto 10. - Apreciação e votação da Moção “Delegação Competências para os Municípios”, sendo a mesma rejeitada, com vinte e sete votos contra (PSD14+CDS6+PS6+IND1) duas abstenções (PS2) e dois votos a favor (BE1+PCP1).**

Não houve declarações de voto.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou o plenário que, para este período regimental, não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,<sup>080</sup> não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Abril.**

**Eram 23:45 horas do dia 24 de Abril de 2015.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(03:15)